



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 11 DE NOVEMBRO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Boa tarde a todos. Com a minha presença, Alessandro Guedes, presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento e a presença da Vereadora Soninha Francine, declaro abertos os trabalhos da 31ª audiência pública que a comissão realiza no ano de 2019, sendo a 6ª audiência pública temática ao PL 647/2019, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa despesa do município de São Paulo para o exercício de 2020, sobre as seguintes rubricas orçamentárias: Secretaria Municipal de Cultura, Fundação Theatro Municipal, São Paulo Turismo e Secretaria Municipal de Turismo. Informo que o calendário das audiências públicas ao orçamento de 2020 está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 18 de outubro e em dois jornais de grande circulação: *O Estado de S. Paulo*, nos dias 17, 23 e 31 de outubro e 05 de novembro, e *Folha de S. Paulo*, nos dias 18 e 24 de outubro e 1º e 6 de novembro, além de disponibilizarmos o calendário no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orçamento2020/agenda. Informo também que as demandas às propostas podem ser apresentadas em formulário retirado junto à secretaria da nossa comissão, e também no endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.leg.br/orçamento2020, no link “Dê a sua sugestão”.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Alexandre de Almeida Youssef, Secretário Municipal de Cultura, a quem já convido para compor a nossa Mesa; Júnior Fagotti, Secretário Adjunto, que veio representar a Secretaria Municipal do Turismo, a quem também convido para compor a Mesa; Maria Emília Nascimento Santos, diretora da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, a quem também convido para compor a Mesa; Osvaldo Arvate Junior, Presidente da SPTurismo, a quem também convido para compor a Mesa; a sociedade em geral e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo também que enviamos a todas as secretarias e subprefeituras constantes do calendário ofício convidando-os para participarem de todas as audiências públicas referentes ao PL 647/2019, sobre o orçamento de 2020. Convido também para compor a Mesa o Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo, Coordenador de Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda, que tem acompanhado todas as discussões de todas as mesas. Peço que

componham a Mesa todas as autoridades presentes. A nossa dinâmica aqui é a seguinte, a nossa ideia é abrir para uma exposição inicial da Mesa, dos nossos convidados, de cinco a dez minutos. Após essa exposição, a gente abre a palavra para o público presente, para que os senhores se manifestem e depois a palavra volta para a Mesa, para os questionamentos dos Vereadores que aqui estiverem. Por fim, haverá as respostas dos nossos convidados.

Eu informo que, na fala do Sr. Secretário Alê Youssef, que vai falar por último, na dinâmica que eu irei montar aqui, vão se encerrar as inscrições.

Anuncio a presença do Vereador Rodrigo Goulart, a quem convido para participar da mesa. Estão abertas as inscrições.

A nossa Comissão de Finanças e Orçamento falará sobre o projeto da lei orçamentária anual. Estamos promovendo um total de 24 audiências públicas, sendo dez delas temáticas e 14 regionais. Trabalhamos a possibilidade de horários, dentro da possibilidade, flexíveis durante a semana, final de semana e dias de semana à noite; e todas as pessoas que usarem a fala para apresentar propostas devem preencher uma ficha com a sua proposta, para poder entregar na comissão. O que vai para a relatoria depois é a ficha que foi preenchida com a sua proposta. Então, usem a palavra e preencham a ficha, ou só preencham a ficha. Anuncio também a presença do Vereador Antonio Donato e também o convido para participar da mesa. Podem preencher a ficha no *link* “Dê a sua sugestão”, no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, apresentando as suas propostas.

Agradeço a presença dos nossos convidados.

Tem a palavra o Sr. Junior Fagotti, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Turismo.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Boa tarde, Sr. Presidente. Queria cumprimentá-lo e cumprimentar todos os integrantes da mesa, os Srs. Vereadores presentes, Sra. Soninha Francine e Srs. Rodrigo Goulart e Antonio Donato, e meus Pares aqui da Prefeitura.

A Secretaria Municipal de Turismo foi criada no ano de 2018. O primeiro ano de exercício mesmo dela foi integral em 2019. O orçamento de 2019 foi composto de uma

associação de orçamentos que estavam em outras secretarias e outras pastas, inclusive na São Paulo Turismo de eventos e fomentos ao turismo.

Neste ano, a previsão que veio, na peça orçamentária, é de 160.187.679,00 reais e a grande concentração desse valor está na rubrica de eventos, promoção de campanhas, eventos de interesse do Município. Nessa rubrica, estão compostas a Fórmula I, o Carnaval, o *Fashion Week* e diversos eventos que compõem o calendário de eventos da Cidade, além dos eventos de lazer que o município realiza, eventos de bairro, aniversários de distritos das subprefeituras e também os eventos das outras secretarias que a Secretaria Municipal de Turismo acaba realizando. Então, são eventos da Secretaria de Turismo e também eventos de lazer, guardados os eventos da Cultura, que são diferentes, e os eventos esportivos também, com exceção daqueles que eu já citei, como a Fórmula I, que, além do esporte ou da Cultura, tem o interesse turístico do Município.

A Secretaria, neste ano, aproveitando a sua criação, a gente promoveu uma conferência municipal de turismo, quando a gente pôde amplamente debater propostas para o Plano Municipal de Turismo, que já é lei, e a gente quis fazê-lo de uma forma bem ampla, debatido com a sociedade mesmo. Então, a gente recebeu lá quase duas mil pessoas, ao longo do evento, participando dos debates e dos *workshops* que a gente promoveu e dos grupos de debate, e agora a gente está consolidando esse plano de turismo. Devemos entregar, ainda neste ano, e esperamos ainda que ele seja publicado em novembro.

O orçamento que está proposto aqui para o ano que vem difere um pouco da proposta da Secretaria de Turismo, porque, quando ele foi para a Secretaria da Fazenda, obviamente teve um ajuste. Então, a gente entende que aí ficaram as rubricas abertas, e a gente espera, ao longo do ano, debater e poder ajustar esse orçamento com a Secretaria da Fazenda, e quem sabe aqui também na discussão da Câmara Municipal.

A gente espera poder fomentar bastante o turismo. Foi uma proposta do Sr. Prefeito Bruno Covas a criação da Secretaria de Turismo. Ela tem pouco tempo de instalação, e a secretaria já tem feito um trabalho que vem sido notado aí, inclusive reconhecido pela Câmara

dos Vereadores. O nosso Vereador Rodrigo Goulart é o Presidente da Comissão de Turismo, Lazer e Gastronomia. Isso mostra que a gente está aí bem sintonizado, o Legislativo e o Executivo com a discussão do turismo na cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Osvaldo Arvate Junior, Sr. Presidente da São Paulo Turismo, SPTuris.

O SR. OSVALDO ARVATE JUNIOR – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, a quem eu saúdo a Vereadora Soninha Francine e os Vereadores Rodrigo Goulart e Antonio Donato e a Srs. Secretários Alê Youssef e Júnior Fagotti, representante da Fazenda e todos os demais presentes. A SPTuris, na realidade, é uma empresa vinculada à Secretaria de Turismo. Ela tem, como objetivo, a promoção de todos os eventos da cidade de São Paulo, a locação de seus espaços para *shows*, feiras e outras utilidades que pode haver, como eventos esportivos, toda essa gama.

O nosso orçamento é de 217 milhões de reais, parte dele oriundo da própria Secretaria de Turismo; ou seja, não são orçamentos somados. Uma parte do nosso orçamento vem do orçamento da secretaria. Muitos fazem confusão, dizendo que os dois orçamentos são somados. Não, eles têm uma intersecção e temos uma projeção orçamentária, que podemos faturar, podemos ter receita.

A gente está pronto para as perguntas que vieram *a posteriori*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Maria Emília Nascimento Santos, diretora geral da Fundação Theatro Municipal.

A SRA. MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS – Boa tarde a todos. Eu saúdo os Srs. Vereadores, à Mesa e ao meu Chefe. Dizem que a previsão orçamentária para a Fundação, para 2020, é de 132 milhões de reais, dos quais 112 são para o Theatro Municipal, os seus seis corpos artísticos, Praça das Artes e a Central Técnica, que fica, no Pari, e 18 milhões para as duas escolas e para a Administração da Fundação como um todo. Há a

previsão de que a gente tenha meio milhão de emendas no próximo ano. Esse recurso mantém uma proporção do que foi gasto nos dois últimos anos. Então, a gente apresenta os números, a execução de 2018 e 2019 e nós aplicamos uma previsão do gasto com todas as produções, no valor de doze milhões, se se mantivesse, se não for aumentado esse recurso. Gasto com os corpos artísticos são 64 milhões; 16 milhões são para os funcionários que trabalham diretamente com a produção dos espetáculos; 20 milhões são para a manutenção do Theatro, que é um dos equipamentos mais simbólicos no Brasil, tombado nos três níveis, lindo e maravilhoso. Acho que todo mundo já conhece. Para as escolas, temos o contrato com professores, no valor de 15 milhões/ano e três milhões para funcionários e gastos de consumo com as escolas. O que nós pretendemos, em 2020, é ampliar e diversificar todos os espetáculos. Então, esperamos apresentar seis óperas com 40 récitas, 64 apresentações do coral paulistano e 30 das escolas de dança e música, num total de mais de 400 espetáculos, ao longo de 2020, fora a diversificação de linguagens. Além das linguagens tradicionais de ópera, coral e música, pretendemos fazer 20 espetáculos de teatro e uma mostra internacional de cinema, que seria a segunda, e 16 programas para escolas públicas. Nesse padrão, nós atendemos em torno de 200 mil pessoas, com mais de 400 eventos e atendemos aos 1.500 alunos das escolas de dança e música e os 83 bolsistas da orquestra experimental de repertório.

A gente precisa de um pouco mais de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu compactuei com o público presente e com a Mesa que o Sr. Alê Youssef ia ser o último a fazer as exposições iniciais e depois abriríamos para o plenário e também na fala dele agora, e ao fim da fala dele, iremos – lógico, respeitando a fila, quem estiver na fila - encerrar as inscrições. Os interessados, por favor, se dirijam a nossa direita para poder se inscrever, para poder fazer uso da palavra.

Secretário, com a palavra.

O SR. ALEXANDRE DE ALMEIDA YOUSSEF – Boa tarde a todas e a todos; boa tarde a todos os movimentos culturais presentes; boa tarde, Vereadores Alessandro Guedes;

Soninha, Donato; e Rodrigo Júnior, meu parceiro; aos demais presentes à Mesa.

Eu queria falar rapidamente, aproveitar que nós estamos todos juntos, fazer uma primeira contextualização sobre o cenário que encontrei quando eu cheguei na Secretaria de Cultura, quando minha equipe topou participar dessa grande aventura de defender a Cultura da Cidade diante de um cenário tão complexo para a Cultura, em vários níveis de governo.

Em primeiro lugar, era inegável que a gente precisava fazer uma reconexão da Secretaria de Cultura com os movimentos culturais da Cidade. A Secretaria de Cultura estava totalmente desconectada, estava menos importante, estava menos respeitada e era muito importante que tivéssemos uma Secretaria de Cultura que honrasse sua própria história, sua própria importância, sua própria relevância tradicional e que estivesse vinculada com os tantos movimentos culturais, tantos deles aqui hoje representados.

Em segundo lugar, precisávamos tomar uma decisão muito contundente em relação aos ataques que a Cultura sofre do Governo Federal. A Cultura está sob ataque. Os cortes são absolutamente generalizados em todos os níveis, cortes em todas as empresas públicas de apoio à Cultura, mudanças na lei de incentivo federal, ações deliberadas de ataques e criminalização da classe artística, dia após dia; censura e coisas do tipo, coisa que jamais imaginávamos precisar lidar, que acabou representando um grande ataque ao pensamento, à civilização, à capacidade de discernimento do povo brasileiro. Antes de tudo, um ataque à identidade nacional que é o que a Cultura representa. Afinal de contas, Cultura é identidade, é o que nos une, é o que nos conecta, é o que nos faz estar juntos enquanto Nação, enquanto povo. Então como fazer um trabalho impactante, importante, relevante na maior cidade do Brasil diante desses ataques? Acho que a primeira coisa, a mais fundamental e mais importante foi ter a permissão, ter o apoio, o suporte do Prefeito Bruno Covas para poder nomear uma equipe que representasse pessoas da Cultura, trabalhando e defendendo a Cultura da nossa Cidade, neste momento, para reconectar a Secretaria com os movimentos e para defender a Cultura diante de tantos ataques.

Para isso nós optamos, fizemos um trabalho bastante incisivo de construção de um

programa, o programa São Paulo Capital da Cultura. Um programa com uma agenda possível de se desenvolver.

Com menos de dois anos de atuação, estou há dez meses como Secretário, vou completar agora, no final do ano, meu primeiro ano na pasta. E toda equipe, inclusive aqui nós temos representantes: a Laís Bodanzky, Presidente da SPCine; Hugo Possolo; Carlota Mingolla, minha chefe de gabinete; tantos outros: Maria Emília; Regina; e o Pacheco. Temos uma equipe trabalhando bastante para fazer todo movimento nesse cenário que aqui descrevi.

Também fazer uma ação importante de revisão, de readequação da comunicação da Secretaria. A Secretaria pareceu ter um problema sério de comunicação, e essa era uma reclamação generalizada. Todas as ações acabavam se perdendo no contexto de que era impossível saber o que estava, de fato, acontecendo; quais eram as diversas ações que integravam os diversos equipamentos da Secretaria, como fazer para que a gente pudesse comunicar e melhorar a frequência, o público, a rotina diante do cenário que eu descrevi, e também de todo cenário do cotidiano que já estava acontecendo.

Precisávamos qualificar e reconectar a Secretaria com a própria gestão, articulando as diversas áreas com outras áreas, aí para listar as diversas ações que fizemos e que integradas com Turismo: Mutirão nos Bairros; Programa Rua da Gente; programa cultural nos CEUs, que estava desarticulado e estamos voltando aos CEUs, o que é uma boa notícia; os Fab Labs; os DigLabs; o Projeto Retenção; e agora o MAR Museu de Arte na Rua, segunda edição; e o Programa de Arte Urbana. Isso deu uma articulada porque a Secretaria também não estava muito articulada com outras áreas.

Falando rapidamente sobre São Paulo Capital da Cultura, queria lembrar que temos dez eixos fundamentais de atuação. Temos a ocupação cultural da Cidade como eixo, digamos assim, principal, forte e contundente que demonstra por “a” mais “b” o nosso apoio, a nossa força e a nossa dedicação à Cultura como estratégia, inclusive para mostrar a necessária valorização da Cultura, e não necessariamente um contra ponto ao Governo Federal, mas a valorização da verdadeira vocação da Cidade, multicultural, diversa, plural. Aí nós temos a

ocupação da cidade com a Cultura como um eixo, gerando um calendário cultural integrado, público-privado, que gera atividades que tem sido vistas pela Cidade: a partir do aniversário de São Paulo, passando pelo Carnaval, pelo mês do Hip Hop; pela Virada Cultural; pela dança; pelo Arraial de São Paulo; pela Semana do Rock; pela Jornada do Patrimônio; pelo Mês da Cultura Independente. Temos também o novíssimo e tão celebrado Festival Mário de Andrade, na Virada do Livro; e pelo mês da Consciência Negra, chegando agora no final do ano. Também há outras ações vinculadas a programas e projetos privados, que são de impacto: Mostra internacional do Teatro; Mostra Internacional de Cinema; São Paulo Fashion Week; todos os eventos de dança, de atividades relacionadas ao cinema, projetos impactantes na Cidade; a todos os projetos que possamos abraçar, colaborar e fazer com que possamos desenvolver um trabalho de ocupação cultural. Aos coletivos, expressos em grandeza, por exemplo, do samba - estou vendo aqui o Chapinha, meu parceiro - e todas as ações que podemos fazer, todo movimento de pertencimento e vínculo. O Granato está presente, faz um grande trabalho a frente dos teatros e centros culturais da Cidade. Daqui a pouco vou falar do número significativo de presenças, do público em nossos equipamentos, e muito disso se deve ao trabalho do nosso querido Pedro, que significa pertencimento e vínculo quando as pessoas e as comunidades possam ocupar e se fortalecer dentro dos próprios equipamentos de Cultura da Cidade.

Quanto à difusão literária - acabei de citar o Festival Mário de Andrade – há vários assuntos e aspectos da decisão literária que são importantes e que precisavam ser feitos, abordados. Com certeza, aqui está o trabalho da Coordenadoria de Biblioteca da Prefeitura, a reconexão de espaços com as tecnologias de saraus, de *slams*, dos movimentos de cultura periférica, em cada um de seus bairros. Da possibilidade de fazer o Festival Mário de Andrade para fazermos uma conexão forte em defesa do livro, da leitura e da biblioteca; da nova redação do decreto que regulamenta e que acabou de eleger o Conselho Municipal da Biblioteca do Livro e da Leitura, que era uma demanda importante dos movimentos, e nós conseguimos reverter um erro cometido recentemente.

O projeto Memória Paulistana, com as placas de memória espalhadas pela Cidade, esperamos espalhar centenas delas juntando patrimônio material e imaterial, agora a partir do aniversário de São Paulo, no dia 25; o Programa de Formação juntando o PIA e o Vocacional aos programas de incentivo e de fermento; os destravamentos dos fomentos, das lutas árduas que tivermos diante de tantos obstáculos que aconteceram, e todas as linguagens aqui sabem. Tivemos tantos problemas, tantas lutas relacionadas ao teatro.

Agora há uma nova decisão de dobrar a verba do Pro-Mac para 2020, de 15 milhões para 30 milhões de reais, fazendo com que seja mais desburocratizado, fazendo com que haja recurso para difundir e gerar programas que sejam em sua maioria induzidos para acontecer nas periferias da cidade, a partir do IDH da Educação. Nós vamos divulgar isso em decreto, em breve.

Difusão audiovisual: trabalho da Laís Bodanzky reconhecido por todos, muito importante na formação, no fomento, na possibilidade de produção, na descentralização das salas do circuito SP Cine, enfim.

Programa Novos Modernistas de reconexão da Secretaria de Cultura, com a ideia do multiculturalismo, presente na Semana de Arte Moderna de 22, tocado pelo nosso querido Igor no Theatro Municipal; e o programa de reconhecimento, que tem uma série de questões relacionadas à necessidade de a gente reconhecer São Paulo como uma capital da cultura pujante, plural, diversa, inclusiva. E a gente tem o reconhecimento de ter entrado no *The World Cities Culture Forum*.

Do Orçamento de 2019, temos 72% liquidado até o momento. Alguns dados importantes: R\$ 77 milhões de investimentos previstos em fomentos das diversas linguagens; R\$ 254 milhões em programação cultural, empenhados em todos os nossos equipamentos culturais; circulação cultural, até agora, R\$ 12,903 milhões do Pro-Mac, de um total de R\$ 15 milhões que tinham previsto para este ano.

Tivemos um acréscimo de 110% do público nos centros culturais; 93% de aumento de público nos teatros; 48% de aumento de público nas casas de cultura; 14,46% de aumento

de empréstimos de livros. E, na Biblioteca Mário de Andrade, nós tivemos um aumento de 60% do público.

O Programa de Metas 2019/2020, para quem conhecia o texto anterior, previa que a meta a ser batida pela Secretaria de Cultura era aumentar em 20% a presença de público nos equipamentos. No *slide* anterior, já mostra que a gente já superou bastante esse Programa de Metas. O Prefeito Bruno Covas inclusive também mudou o olhar do Programa de Metas para a Secretaria de Cultura, listando três metas: a meta 22.3, que é revitalizar 44 equipamentos de Cultura; a iniciativa 14L, que é instalar espaços lúdicos e educativos para crianças de zero a seis anos em equipamentos culturais localizados nos distritos prioritários primeira infância; e a meta 17.1, que é realizar 320 edições do projeto Ruas de Lazer Itinerante e Ruas da gente.

Um resumo do Programa de Metas em relação à meta 22,3: requalificar 44 equipamentos de Cultura. Então nós temos 44 de meta e já realizamos 13; nós temos 31 em andamento. E este mapa mostra onde eles estão, esses que já foram inaugurados. Mas temos então, para 2020, essas 31 requalificações previstas.

A iniciativa 14L: Em primeiro lugar, quero destacar esse projeto, que foi realizado, construído, em conjunto com as comunidades, as mães locais. Diz respeito à adaptação dos equipamentos à primeira infância. Nós gastamos 2019 inteiro nas discussões para chegar a esse módulo. Em comum acordo, nós vamos aplicar essas oito aplicações de adaptação de primeira infância em oito equipamentos culturais; e o mapa também mostra todos eles presentes em áreas de vulnerabilidade social.

Sobre o programa Ruas da Gente, nós já temos uma meta de 320; realizamos 174 e vamos realizar 146 na Cidade. A do ano de 2020 tem essa diferença em relação à de 2019. A que foi mandada para a Câmara - aqui uma ressalva importante. Assim como o Sr. Júnior ressaltou, a proposta da Secretaria de Cultura feita para a Fazenda não foi na sua integralidade acolhida. Então é óbvio que toda discussão em torno do Orçamento para a Cultura é bem-vinda, afinal de contas a força da Cultura está na valorização das suas diversas linguagens.

Nós temos o detalhamento relacionado ao Orçamento que chegou, de R\$ 595.514.764,00. Basicamente a distribuição está em 1,8% para o Programa de Metas; 21,8% para pessoal e auxílio; 25,2% para custeio; e 51,2% para atividade fim.

Algumas questões eu gostaria de ressaltar como exemplos de desafios, para frente, a partir desta discussão de hoje, a partir da votação. Creio que a gente precisa entrar numa outra visão mais contemporânea relacionada a fomentos: acredito que a gente precisa buscar o diálogo entre diferentes manifestações artísticas, dentro de uma perspectiva da política cultural mais contemporânea, correspondente às pulsantes e inovadoras expressões culturais que se dão nessa cidade. E alguns exemplos de coisas que faremos em 2020, como o Edital de Apoio às Culturas Negras, que é inédito, o Edital de Apoio à Vanguarda Cultural, que é inédito e é multiculturalismo; a premiação às linguagens nos espaços culturais de gestão comunitária. As reconhecidas e conhecidas ocupações culturais são projetos que nós vamos desenvolver e vamos lançar.

Como citei, os R\$ 30 milhões do Pro-Mac e um novo edital, um novo decreto mostrando e priorizando os projetos que tenham 100% de isenção, sejam eles focados para acontecer na periferia da Cidade, nas zonas onde há o menor Índice de Desenvolvimento Humano do âmbito educacional, o IDH da Educação. Acho que será um passo importante nesse sentido.

E, em relação a SP Cine, um ponto de atenção muito importante, uma vez que nós vivemos o caos no Governo Federal, uma vez que já se anunciou que apenas 43% do fundo setorial será liberado. Há uma série de filtros/censuras que já estão se dando no âmbito do teatro, sendo anunciados agora no âmbito das produções de audiovisual. Por isso, nós precisamos de muito apoio, muita força, para a nossa SP Cine levantar a bandeira de audiovisual na Cidade, diante de tantas incertezas, uma vez que muito provavelmente não teremos acesso ao fundo setorial este ano.

Para finalizar, a gente vive um momento que está nos ensinando demais, apesar de todos esses ataques, eu acredito muito que a gente precise buscar, sejam governos locais,

governos estaduais, movimentos culturais, instituições culturais. Nós precisamos buscar uma sintonia, uma frequência de trabalho, de atuação em defesa da Cultura, que tire a agente da marginalidade das discussões e que coloque a gente no centro. Para isso, a gente precisa fazer um projeto, um movimento, alguma coisa que valorize a Cultura enquanto eixo central de desenvolvimento econômico e social do País.

Que seja um trabalho de realização da nossa identidade, mas também que seja um trabalho da Cultura vista como um projeto de desenvolvimento econômico e social de redução das desigualdades, de geração de emprego e renda, usando exemplos vastos que existem pelo mundo. O Brasil não pode mais ter sua classe artística e cultural sendo usada, eleição atrás de eleição, e não tendo a centralidade que merece ter.

Então é um momento importante que a gente tem que aproveitar, para que a gente possa sincronizar nossas demandas, fazer valer e fazer crescer o nosso movimento cultural, como um todo. É para isso que estou aqui, à disposição, aguardando as suas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu recebi a informação de que nós temos 43 inscritos, para falar três minutos cada; e os Vereadores da Mesa. A pergunta que eu faço aqui é se a gente faz, promove as perguntas em dois blocos, 22 e 22; ou se a gente faz em um bloco só e retorna para a Mesa. Se forem em dois, o Secretário vem, as pessoas se manifestam, os Vereadores se manifestam; depois volta para o segundo bloco de 20.

Então, gostaria de consultar aqui os colegas. (Pausa)

Quem prefere que faça tudo em um bloco só, de 40 perguntas e depois vem para a mesa? (Pausa) Quem quer que faça em dois blocos? (Pausa) Então, vamos fazer em dois blocos. Ao final do primeiro bloco, a gente já retorna aqui para a mesa e os Vereadores se manifestarão também.

O primeiro inscrito é o Sr. Alessandro Azevedo, da entidade Aliança Pró-Circo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Boa tarde, povo da cultura.

Cumprimento todos os representantes desta audiência.

Embora a cultura tenha as suas especificações, têm alguns pontos que a gente tem consenso e um deles é a implementação do plano municipal de cultura na cidade de São Paulo. Já passou do prazo de ser implementado. Então, a gente quer que seja implementado o plano municipal. É lei. (Palmas)

Outra coisa. Uma das reivindicações que a gente faz à Comissão de Finanças é a criação de uma sub-relatoria específica para Cultura, que tenha como já teve nos anos anteriores. E, em relação aos valores, embora seja uma projeção, nós vamos entrar na lógica da projeção também, que é retornar com o orçamento que foi o orçamento da Cultura em 2017, de 518 milhões. Então, em relação a este ano, tem uma diferença aí de 86 milhões. Então, a gente vai correr atrás com o relator ou com o sub-relator, e a gente sabe apontar de onde poderia sair esses valores. Só para vocês terem uma ideia, o valor orçado para recapeamento passa de 1 bilhão reais, aumentou dez vezes, era de 100 milhões e passou para 1,2 bilhão. Então, dá para tirar um pouco daí e da zeladoria. Então, tem dois pontos: recapeamento e zeladoria, que é onde pode remanejar para dar essa diferença de 86 milhões.

Agora, ainda em relação ao orçamento apresentado pela Secretaria, só quero fazer uma colocação: a diferença do ano passado para este é de 20 e poucos milhões. Só que tem 30 milhões do Pro-Mac, de renúncia fiscal. Então, a gente quer chamar a atenção para esse valor que está aumentando, que é de renúncia fiscal.

Então, é importante a gente atentar que está quase igual, por isso a nossa reivindicação chega em 518 milhões.

Valores específicos da minha área, que é a do circo, a gente agradece a atenção da Secretaria de ter aumentado em relação ao orçamento do ano passado, mas está aquém do que a gente propôs ali do fomento ao circo: está proposto o valor de 5,2 milhões e a nossa proposta é de chegar ao valor 10 milhões para atender ao fomento ao circo. Também pontos de cultura que vêm com a rubrica zero, embora seja um programa que virou lei nacional desde 2004. Quer dizer, começou em 2004 e em 2013 virou lei nacional, e tem uma rubrica zero e a gente sabe que o Programa Ponto de Cultura chega às suas raízes.

Quero convidar também o Secretário Alê Youssef porque tem uma reivindicação dos movimentos para que seja feita uma audiência no dia 26 de novembro para discutir o Conselho Municipal de Cultura. Então, a sua presença é muito bem vinda, Secretário, fundamental.

É isso. Então, 518 milhões para a Cultura já. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Alessandro Azevedo.

Próximo inscrito, Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Salve, Cultura!

O Secretário acabou de nos dizer que precisa de nós para ajudarmos a aumentar o orçamento. Mas a gente precisa de participar do bagulho.

O orçamento da cidade de São Paulo tem uma projeção de 13% de aumento em 2020, são 68 bilhões. Treze por cento representa 8 bilhões de reais. Sai de uma variação média, que sempre teve, de 4 bilhões de reais. Então, se aumenta 13. Então, não há crise em São Paulo. O orçamento de 2014 era de 50 bilhões. Em 2020, estamos falando em 18 bilhões de reais em cinco anos. Não há crise. Então, o discurso da crise não funciona.

Agora, vou para a área da Cultura. A área da Cultura tinha uma verba, em 2014, de 336 milhões. A sua maior projeção foi em 2016 para 2017, de 518 milhões. Aí, entrou a nova gestão, só houve uma queda. Aí, agora, neste ano, tem uma projeção de aumento, com um problema sério do Pro-Mac. O Pro-Mac não tem nada a ver. Não dá para tirar o dinheiro do orçamento da Cultura para colocar no Pro-Mac, porque os *boys* têm de falar para mim: “Olha, eu vou investir em Cultura para descontar o imposto lá, mas vou continuar aqui”.

Eu sei que tem gente que não entende o que eu falo, mas tem gente que sabe o que eu estou falando, porque a Cultura tem classe e eu quero saber se eu estou dentro desse rolê. Mas, vamos aí.

E, aí, o orçamento da Cultura para 2020 só teve um aumento de 4,12%, que seria o equiparado a 2017, mas para o orçamento da cidade de São Paulo, para o ano que vem, a Cultura representa 0,63%. É muito baixo.

Toda essa movimentação da Cultura teve porque o Legislativo, os servidores públicos estavam em parceria com o movimento social, estávamos juntos. E, aí, nós fizemos o orçamento e sempre aumentou. Só que tem um problema: o Executivo. O que o Executivo faz? No ano passado, vieram 398, mais ou menos; fomos para 412. Dos 412 milhões, eles empenharam 330, algo assim, aí empenhou o valor. Está empenhado. Aí, você fala assim: “Os caras empenharam dinheiro”. Só que, como ele acabou de falar, 70% do empenhado, não é do valor do orçamento. Então, a Cultura sempre está perdendo.

E, aí, para eu terminar rapidinho aqui: Alexandre Youssef, você apresenta bastantes dados de participação. Aqui é o projeto do Mês de Hip Hop, com 2 milhões e 70... Poderia prestar atenção, por favor, porque é muito caro isso para o movimento hip hop, porque perseguir movimento cultural é muito triste. Alexandre Youssef, este aqui é o projeto do Mês de Hip Hop...

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF – Você acha que eu persigo movimento cultural, Pirata?

O SR. RAPPER PIRATA – Eu acho.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF – Você acha mesmo?

O SR. RAPPER PIRATA – Eu acredito,...

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF – Nós estamos ferrados.

O SR. RAPPER PIRATA - ..., porque todo o diálogo..., o ano inteiro eu estou tentando dialogar com vocês e não... Mas, suave, mano, se não vai ficar um debate... Não é pessoal. Estamos discutindo política pública. Eu não tenho nada contra você. Não te conheço.

Mas, aqui está o projeto do Mês de Hip Hop e te garanto: cada artista recebendo 4 mil reais; o oficinairo, 600 reais, 2 milhões e 1.600 e poucos artistas.

Agora, para o hip hop está aqui: território hip hop tem uma rubrica lá: então tem de colocar 2,5 milhões para a rubrica para o Mês de Hip Hop com a justificativa da Virada Cultural, que em um dia só são 1.200 artistas. Então, com 5 milhões de reais você pode investir no Mês de Hip Hop, porque vai atingir a periferia, e todas as casas de hip hop, que são extremamente

importantes, são 500 mil reais para cada uma, garantindo a participação não virtual. A virtual não é orgânica. A virtual é para enganar e eu não gosto de política de bastidores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Rapper Pirata.

Próxima inscrita, dona Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos.

Eu estou muito feliz por ver esta juventude. Só que eu estou representando a população idosa. Vocês são o futuro. E a Mesa parece que não nos enxerga, porque nós solicitamos que o idoso também necessita, porque é prevenção e somos capazes. Não tem trabalho, não tem emprego.

Esportes, cultura e lazer nós, não ficando de cama, temos condições de assumir a família, porque são as crianças e os jovens os futuros cidadãos deste mundo ingrato e sofrido, porque eu estou falando pela periferia Itaquera, Conjunto Habitacional Águia de Haia. E por que eu falo isso? Eu sou aposentada, trabalhei, e essas crianças de hoje são filhos e netos dos jovens que passaram pela minha mão. Então, eu estou tentando, reclamando, gritando: vamos resgatar as nossas crianças, porque vocês não fazem mais que a obrigação.

Então, tenham um olhar para, amanhã ou depois, vocês não terem com eles um revolver na cabeça de vocês, porque eles têm capacidade, são jovens e têm esperança e sonho. Estamos com 180 crianças de 4 a 18 anos, fora os idosos que também estão juntos conosco, com a ajuda dos Direitos Humanos. Só eu, de idosa, que estou aqui. Vejam se há mais idosos aqui.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria do Socorro.

Próxima inscrita, Sra. Kelly Marques.

A SRA. KELLY MARQUES – Boa tarde. Meu nome é Kelly. Sou cantora, compositora, sou integrante de vários coletivos que representam o forró na cidade de São Paulo, dentre eles o SP Forró e o Fórum do Forro.

Eu venho aqui falar em nome da cultura popular e da cultura tradicional. Então, um

salve, primeiro, a esses trabalhadores e a essas trabalhadoras que conseguem sobreviver da arte com o mínimo de recurso possível.

Então, a gente precisa falar que a nossa arte, a nossa cultura popular, sobrevive sem verba praticamente. Então, a primeira coisa que a gente quer resgatar aqui é que esse orçamento da Cultura, de dois anos atrás, no valor de 518 milhões de reais, que ele seja recuperado.

A segunda coisa que é importante a gente falar é que há dois anos os nossos coletivos vêm pleiteando uma rubrica, que já foi aprovada, no valor de 800 mil reais e, em nenhum momento, ela foi executada. A gente tem esse valor, que é para trabalhar diversos eixos do forró que, entre eles, inclui a dança, a música, a formação dos nossos profissionais, a circulação, e é, inclusive, um trabalho de saúde pública e de educação.

Outra coisa importante que a gente precisa rever aqui é refazer o Conselho Municipal de Cultura. E outra coisa: a gente tem uma lei de fomento e de fusão do forró, que foi aprovada em 15 de maio deste ano, é a Lei nº 17.086. Em lei de incentivo a gente prevê verba e não tem nenhuma verba prevista nesta lei.

Então, em nome do movimento do forró, de todos os dançarinos, dançarinas, professores, educadores, cordelistas, poetas, compositores, estamos aqui reivindicando uma verba de 5 milhões para que possamos executar o nosso trabalho com dignidade.

E eu vou terminar cantando uma música, que representa, um pouco, o que é a nossa cultura nordestina. A gente fez uma música que fala dessa cultura.

- Apresentação musical. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sra. Kelly Marques.

Próximo inscrito é o Sr. Gabriel Junqueira, munícipe.

O SR. GABRIEL JUNQUEIRA – Boa tarde a todos.

Agradeço a presença do Youssef. Achei curioso o discurso dele, porque não deu para entender direito se o senhor estava saindo do PSOL ou do PSDB.

Eu sou amigo do Célio Turino, o idealizador dos pontos de cultura, e ele vai tratar

em seu trabalho, em sua ação com o Gilberto Gil, que a ideia de cultura não pode se dar apenas com a ideia de eventos, apenas com a ideia de turismo.

Cultura não pode ser pasteurizada. A Cultura não pode ser enlatada. A Cultura tem de ser educação e produção constante junto às comunidades. Você pega, por exemplo, o carnaval de rua, tem um bloco novo, que não vou falar o nome, reclamando, com uma certa razão, sendo proibido de sair, a não ser que passe por todo um processo burocrático. Mas só que carnaval realmente tem essa ideia da espontaneidade. Você chegar e quer falar: “Não. Tem que tudo passar dentro de caixinha. Tudo tem de ser quadrado. O evento tem de começar às X horas e tem de terminar às X horas”, isso é pasteurizar a Cultura. Sarau não pode ser apenas para turismo das pessoas da Vila Madalena.

E também outra coisa: não pode ser uma coisa isolada, que termine quando o evento termina. Ponto cultura também é a cultura do encontro; é a literatura de cordel, por exemplo; o antigo, a tradição se encontrando com o hip hop de quebrada. E são coisas que simplesmente não estão têm sido comentadas, não dá para falar que têm sido. E somente assim, somente através desses encontros, somente através de uma cultura realmente estrutural, da base. Aí, isso é cinema sendo produzido nas escolas e não necessariamente para passar em uma feira internacional em Nova Iorque, mas para as pessoas mesmo, para os próprios alunos, com uma produção, algo que eles mesmos estão criando. Isso é a Cultura sendo feita como base, não importando a idade também, porque toda a idade é capaz de fazer Cultura, a democratização da Cultura. Isso, simplesmente não está sendo feito.

Era só essa intervenção que eu queria fazer.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Gabriel Junqueira.

Próximo inscrito, Sr. Zé da Lua, SP Forró.

O SR. ZÉ DA LUA – Apresentação musical.

É isso aí. Muito boa tarde a todos.

Eu não poderia deixar de iniciar com essa composição, que o nosso coletivo fez

recentemente. Tivemos a oportunidade de mostrar para o mundo inteiro o forró e suas linguagens, no programa *É de Casa*, do último sábado, lá da Praça do Forró, em São Miguel Paulista, mostrando a música, a dança, a culinária, o cordel, as vestes do forró. São várias linguagens que conseguimos mostrar e isso ainda está na energia e eu estou muito feliz por este momento.

Cumprimento toda a Mesa.

Há dois anos participamos desse diálogo aqui, pela Cultura, no Município de São Paulo e a gente vem aqui reivindicar também 518 milhões para a Cultura, em 2020, porque em 2016 esse foi o valor aprovado para a Cultura, por todos os segmentos da Cidade. Também a gente vem defender uma questão de 5 milhões para o forró, no Município de São Paulo. Quero lembrar, também, que durante os últimos dois anos conseguimos a rubrica específica para o forró, nesta Casa, mas não conseguimos executá-la nesses dois anos.

Também quero agradecer ao Secretário pelo Arraial de São Paulo, que aconteceu este ano. Foi algo pioneiro na Cidade. Há muitos anos que isso não acontecia, contemplando grupos de coletivos de toda a Cidade.

A gente também defende um edital para 2020, um edital específico para o forró, uma vez que existem editais para vários segmentos.

Também quero dizer que quase 50% da população de São Paulo é nordestina, então o forró não é só a música, tem a dança, tem a culinária, o cordel. São vários os segmentos, dentro do forró, que contemplam essa linguagem. Há uma lei tramitando, que foi aprovada neste ano, a Lei nº 17.086. Estivemos juntos participando para que esta lei fosse aprovada.

E, para finalizar, a gente quer saberá respeito do edital que foi anunciado para o final do ano. Eu quero saber se ainda vai ocorrer, como que está esse processo.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Zé da Lua.

Próximo inscrito, Sr. José Renato Almeida, pela Dança.

O SR. JOSÉ RENATO ALMEIDA – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Secretários, Vereadores. Obrigado pela oportunidade.

A gente vem aqui pela Cultura, anos após anos, e a gente vem de novo fazer a reivindicação de algo que precisa ser entendido - quando a gente fala desse aumento para retornar aos valores de 2016, valores orçados para 2017, quando a gente tem um grande golpe de um corte na Cultura, de um congelamento absurdo e abissal na Cultura, promovido pelo governo Doria -, que se trata do atendimento na ponta.

A gente tem, pelo menos, estudando rubrica a rubrica... e a gente tem feito um longo trabalho aqui nesta Casa, junto com a Subcomissão de Orçamento, com a Comissão de Estudos do Plano Municipal de Cultura, de entender que o mais prejudicado na Cidade, nos últimos 3 anos, foram as atividades que dizem respeito às pontas, foi o PIA, foi o Vocacional, foi o Fomento à Dança, Fomento ao Teatro, Zé Renato, foram os programas que efetivamente chegam nas pontas os que mais sofreram cortes.

Então, quando a Secretaria apresenta para a gente um aumento no Pro-Mac, que depende da boa vontade de um investidor privado, no sentido de dobrar esse valor, não é disso que o principal desejo dos fazedores de cultura e a sociedade vêm aqui falar. A gente tem muito pouco acesso a esse dinheiro. A gente vem falar do investimento direto da Secretaria Municipal de Cultura naqueles programas que chegam na ponta e isso precisa ser revisto.

Quando a gente olha para o orçamento da Cidade, tem uma rubrica, por exemplo, neste ano, que é “Fomento às Atividades Culturais”, que é uma verba direta de gabinete, que foi orçada em 28 milhões de reais para este ano e foi reajustada para 80 milhões, tendo 70 milhões empenhados. É a Linha 1838, do Orçamento. Seria bom a gente saber para onde foi esse dinheiro, por que aumentou tanto uma linha única de verba de gabinete que foi de 28 para 80 milhões e tem 70 milhões empenhados?

A gente vem aqui também para pedir para esta Casa para a gente manter uma relatoria específica para a Cultura dentro do trabalho que a gente já vem fazendo aqui dentro da Casa e que a gente possa fazer os estudos específicos dessas linhas para podermos

reajustar esse Orçamento e ter uma qualidade melhor na elaboração dele, naquilo que atende a conta especificamente, inclusive considerando os acúmulos deste ano. Para dar um exemplo da minha principal área de atuação, no Orçamento do fomento à dança havia 8 milhões. Num trabalho junto à Secretaria elevamos para 11 milhões; e, para o ano que vem, voltou a 8 milhões o valor orçado. Há algumas lógicas que não dá muito para entender. Obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. José Cordeiro, funcionário da SPTuris.

O SR. JOSÉ CORDEIRO – Boa tarde a todos. Sou funcionário da São Paulo Turismo e quero aqui contestar a forma como a empresa passou a ser dependente da Prefeitura. A receita da São Paulo Turismo para 2020 é estimada em 193 milhões de reais, e a despesa, 217 milhões. Ora, isso dá um déficit de pouco mais de 23 milhões de reais. Para quem conhece o Anhembi, e aqui imagino que todos já tenham passado por lá, o Pavilhão tem capacidade para 18 feiras, e com 5 feiras nós conseguimos deixar essa conta de novo no azul. Mas nós precisamos da ajuda da Prefeitura para dar manutenção, o mínimo indispensável, para que o espaço volte a funcionar. É um patrimônio da Cidade. O telhado precisa de manutenção urgente, porque existem goteiras que atrapalham as feiras lá dentro. E quem conserta, quem deixa a casa em ordem, pode conseguir um valor maior por ela no futuro, se é que vai acontecer de ele ser vendido.

Quem olha o Orçamento de 2020, vai ver que, majoritariamente, a verba que há lá é para eventos da Prefeitura. É infraestrutura para grandes eventos, como Carnaval, Virada Cultural, *Réveillon*, Natal e eventos de bairros, que são tão importantes; mas é preciso destacar que é necessário fazer uma manutenção rápida lá, não só pela questão de trazer o benefício para o Anhembi, para a Prefeitura, mas que cada feira, cada evento que acontece na Cidade gera empregos, não só para os promotores como para toda uma cadeia que alimenta a Cidade. O visitante traz recursos para os hotéis, fica hospedado, frequenta restaurantes, bares, utiliza os mais variados serviços da Cidade, gasta dinheiro também com lazer, com cultura, vai aos

shows, assiste a uma peça teatral, vai ao cinema. Ou seja, quando você tem uma feira, você tem um incremento de movimento e dinheiro na Cidade.

A Associação de Promotores de Eventos acredita que o movimento anual desses recursos seja de 16 bilhões de reais na Cidade. Então, é importante que deixemos tudo funcionando lá para poder ajudar também a Cidade. Essa recuperação é um pedido que faço em nome dos demais funcionários, porque nós trabalhamos para a Cidade e principalmente para o cidadão paulistano. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Rudi, da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. RUDIFRAN ALMEIDA POMPEU – Boa tarde a todos e a todas. Venho a esta tribuna falar há tantos anos, já estou bem mais velho. Há 20 anos venho aqui, e a impressão que me dá é que estamos sempre com o pires na mão, pedindo dinheiro para a Cultura, catam-se os manuais de novo, toda vez é isso. E há uma conta que não fecha, que na verdade nunca bate.

Construímos políticas públicas de Estado para não depender de políticas de governo. Fizemos isso há muito tempo, com muita luta, com muita resistência, com muita força; mas estamos sempre remando contra essa maré. Então, e este é o momento e o lugar oficial de reivindicação dos recursos da Cidade, para dizer ao Parlamento, para dizer ao Executivo por que razão estamos aqui. Estamos aqui para batalhar por cursos para a Cultura, e não só isso. Este é um espaço para isso. Então, objetivamos nossa luta aqui para isso.

Se em 2016 tínhamos 500 e poucos milhões na Cultura, em 2017 conseguimos subir para 518 milhões; então, como pode em 2020 termos menos do que isso? Expliquem-me essa conta. Eu gostaria que qualquer economista desta cidade me explicasse essa conta.

Então, pedimos a sensibilidade do Parlamento; e, da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, que reavalie esse orçamento da Cultura. Percebemos a prioridade de um governo pela pasta orçamentária, notando se cultura é prioridade ou não, se ela é política de Estado ou não, se ela é importante para esse governo ou para aquele governo. Isso se

avalia pela sua peça orçamentária. Se o Orçamento da Cultura diminuiu, talvez seja porque esse governo... E não vou responsabilizar a atual gestão, que está há 10 meses; responsabilizo o governo Doria, responsabilizo o governo tucano por ter feito o que fez com a área da cultura da Cidade. Venho reivindicar 518 milhões no mínimo para 2020 e digo de onde tirar: se não tiver dinheiro, Alessandro, querido Vereador, taxem o cigarro. E sou fumante! Taxem e cigano e ponham dinheiro na Cultura. Coloquem o dinheiro das privatizações também na área da cultura. Não estão privatizando o autódromo e não sei o que mais? Ponham dinheiro na cultura!

Havia 100 milhões para o recapeamento das vias públicas da Cidade; esse valor pulou para 1 bilhão, 101 milhões. Então, solicito que se tire 100 milhões do recapeamento da Cidade e se coloque na Cultura, resolvendo o problema para esse ano. Tirem 100 milhões! Estou dizendo de onde. Se não fizerem é porque não querem, porque não há vontade política. Estou dizendo de onde se pode tirar o dinheiro, e não vão fazer falta 100 milhões para recapeamento, sei que não vão, pois se ficará com 1 bilhão. Tiram-se 100 milhões do recapeamento, coloca-se na Cultura, e vamos passar dos 518 milhões, que é o que estamos pedindo. Essa é a solicitação, e estamos juntos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Inti Queiroz, do Movimento da Música de São Paulo.

A SRA. INTI QUEIROZ – Boa tarde a todas e a todos. Mais uma vez estamos aqui defendendo o óbvio. Temos que repetir essa frase toda vez para não esquecermos de que mais uma vez estamos aqui defendendo o óbvio. Reitero a fala de todos os meus companheiros anteriores. Apesar de eu ser da música, sou primeiro da cultura. Obrigada, Rudi, pela deixa, porque é isto: é sempre menos para a Cultura.

Em 2016, na LOA, o recurso da SMC foi de 640 milhões; 640 milhões! Estamos com pouco mais da metade agora. Então, há alguma coisa errada. Pelas contas do Pirata, como pode ter subido o Orçamento em 18 bilhões até agora, e ter caído tanto o Orçamento da Cultura?

Outra coisa. Não é só dinheiro; queremos política cultural, queremos política estruturante. Queremos o nosso Plano Municipal de Cultura sendo implantado! (Palmas) É isso. Eles podem ter as ideias deles, eles podem fazer os projetos deles, tudo bem, beleza, quanto mais, melhor; mas queremos o nosso Plano Municipal de Cultura, porque demoramos anos para fazer esse plano. Não é possível que ele não seja implantado, que não seja citado. Onde estão nossas metas? Por favor! Acho que é chato termos que ficar pedindo.

O nosso Conselho Municipal de Cultura é uma vergonha. Viajo pelo Brasil para falar de sistema, e a cidade de São Paulo não tem um Conselho Municipal de Cultura. Isso é uma vergonha! Todas as outras capitais têm, mas nós não. Até o Paraná, que é mais coxinha, tem, e nós não temos. Como assim?

Nesta segunda parte, falo como pessoa da música, que estou há muitos anos na música independente, lutando por quem está na base. Porque eu não trabalho com a Anita, eu trabalho com a galera que está na base, que está na periferia. Sou do punk rock, sou da galera que realmente faz música e faz a base da música deste país. Estou aqui com os meus *brothers*: a galera do reggae, a galera do forró. Saibam o quanto é difícil a vida da galera que está na base, os trabalhadores da música, que tocam muitas vezes por cerveja. Isso está errado, somos trabalhadores, temos que ter uma remuneração.

Venho perguntar por que não tivemos, neste ano, a execução do edital do fomento à música. Há recursos, ainda há 700 mil reais disponíveis no Orçamento – entrei nesta semana -, que não foram executados. Quando perguntei aqui para uma menina da Secretaria, no Seminário do Plano Municipal de Cultura, por que ele não ia ser executado, ela disse que já tinha muito apoio para música. Eu respondi: “Realmente, 300 mil reais de cachê para a Anita, num edital de 400 mil reais...”, e ela me responde que a Anita leva 200 mil cabeças na Virada, e o edital não leva. O que é isso?

Queremos não apenas a execução do edital da música, mas a aprovação imediata do PL 376/2016, SP Cidade da Música, que visa a apoiar sete eixos da Cidade: circulação, produção, música ao vivo, música instrumental, festival. É isto: SP Cidade da Música, 3% para

a Cultura e metade para a periferia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Anuncio a presença do Vereador Atílio Francisco. Tem a palavra a Sra. Flávia Ulhôa, da Cooperativa Paulista de Teatro.

A SRA. FLÁVIA ULHÔA – Boa tarde a todos e a todas. Sou do teatro. Vou defender, primeiro, todas as políticas estruturantes que a Cidade já tem, os 518 milhões, e não menos do que isso. Vou me ater ao fomento ao teatro, que tem uma proposta orçamentária de 16 milhões e 620 mil para 2020.

Porém, esse valor é inaceitável, já que em 2017 tivemos um Orçamento de 18 milhões e 170 mil reais. Esse cálculo foi feito a partir do Orçamento de 2019, que foi de 16, mas deveria ser feito a partir de 18 milhões e 170 mil reais, que daria um valor entre 20 milhões e 21 milhões de reais. Como a Inti disse, vou repetir: é uma vergonha que a cidade como São Paulo tenha 0,63% do Orçamento destinado à cultura. Isso é absolutamente insuficiente perto da demanda histórica dos movimentos, que é de no mínimo 3% para a cultura. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Luciano Carvalho, do Bloco das Ocupações Culturais.

O SR. LUCIANO CARVALHO – Boa tarde a todas e a todos. Faço parte de uma ocupação cultural na zona Leste de São Paulo, o CDC Vento Leste; estou há 17 anos naquele território, nessa ocupação, e há 20 anos no coletivo cultural. Nosso bloco já esteve com o Secretário para trocar ideias para ver como conseguiremos regularizar o reconhecimento das ocupações culturais na cidade de São Paulo, que estão espalhadas nas quebradas e no Centro, na Rua do Ouvidor, 63. É preciso que seja reconhecida a importância cultural e política dessas ocupações em espaços ociosos; onde havia biqueira, degradação, nós “caímos para dentro” e começamos a produzir uma relação com o espaço, com o entorno, que é de criação e de potencialização de nossos fazeres em diversas linguagens.

Precisamos do reconhecimento político, do reconhecimento jurídico e do reconhecimento econômico. Faço coro com a turma que me antecedeu. Como o Orçamento da

Cidade como um todo tem subido, e o da Cultura, regredindo, tendo menos de 1%? Percebemos que por mais que haja empenho do Secretário que assume, que pega esse rojão, também tivemos enfrentamentos duros com o Secretário anterior, extremamente desqualificado, que seguia a linha política do governo João Doria, que desestabilizou, desestruturou a cultura - que vinha num processo de luta e construção, em diálogo com a sociedade civil organizada, fazendo suas proposições e construções de leis estruturantes, como leis de Estado, como é o caso da Lei de Fomento à Cultura das periferias, que tem resultado em diferenças significativas na maneira de pensarmos, produzirmos e nos organizarmos nas quebradas.

Quero reforçar os fomentos como políticas acertadas, que são fruto de organização da sociedade civil e suas reivindicações justas; quero reforçar aqui e fazer um apelo para que possamos reconhecer as ocupações culturais como módulo importante de organização e articulação comunitária e produção e criação artística nas quebradas. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Cacique Aondê, da Aldeia Kariboka.

O SR. CACIQUE AONDÊ – Boa tarde a todo mundo. Só uma correção: é Cacique Aondê. Quero, primeiro, agradecer aos Vereadores que, no ano passado votaram - tanto na Comissão como depois no Plenário – um projeto para nós, um orçamento para nós. Foi até uma inclusão do Vereador Francisco Atílio. Só que vejo todo mundo falar de milhões, e pedimos somente 250 mil para fazer um trabalho de cultura indígena envolvendo todos os indígenas que estavam em condição urbana em São Paulo.

Hoje vejo todos falarem, e vou usar uma expressão que usei há pouco tempo: é dinheiro de pinga. Foi isso que eu ouvi um tempo atrás, e é verdade. Estou ouvindo todo mundo aqui falar de cultura, muito fortemente, com muita presença. Isso é muito importante, mas, repito: aquele quadro só virou enfeite. Repito: nós, como indígenas, que vivemos em contexto urbano, não temos oportunidade de nada.

Criamos no ano passado um projeto, para ser realizado este ano, envolvendo todos

os indígenas. Quando se faz um edital específico para um ou para outro, isso faz com que brigemos entre nós, porque todo mundo quer aquela fatia. E o SP Indígenas, que criamos, trabalha de uma forma diferente: arrebanha todos os indígenas que estavam aqui na Capital, e todo mundo iria participar do projeto. A proposta é mostrar, dentro de todos os espaços culturais de que iríamos participar, todos os indígenas juntos: kariboka, que é a minha etnia, wassu-cocal, pataxó, guarani, tupi, para as pessoas entenderem que indígena não é só tupi nem só guarani, e poder ver todo mundo junto mostrando suas vestimentas, sua forma de se comunicar, como ela é diferente. Estamos falando em pluralidade de cultura, mas vocês não têm noção do que é pluralidade quando pensam na cultura indígena. São mais de 300 etnias, e todo mundo é muito diferente. Pensar o índio com uma pessoa de fisionomia guarani é um absurdo quando se conhecem todas as etnias que existem aqui.

Não conseguimos. Volto a dizer: eram 250 mil reais para fazer um trabalho em que, além de estarmos nos CEUs, estaríamos também em alguns parques. Nesses parques, faríamos a comida de cada uma das 10 etnias participantes. Cada etnia levaria um prato típico de sua cultura, e as pessoas poderiam ver como os índios são diferentes entre si e perguntar: “Por que seu artesanato é assim?”, “Por que você dança assim?”, “Por que você canta assim?”. Perdemos essa oportunidade. Acabou o ano, e não sei desse dinheiro. Só diziam para nós que o valor estava congelado, congelado, congelado.

Vou fazer uma observação importante: as meninas da Secretaria de Cultura – tanto a Flávia como a Tainá e a Luiza – nos atenderam muito bem em muitas conversas, para mostrar para nós qual era o caminho que poderíamos seguir para dar andamento. Ultimamente, quem tem dado suporte para nós conversarmos é a Vereadora Soninha Francine, que tem acompanhado essa história.

Claro, temos que falar da cultura como um todo, mas enquanto estamos falando dela como um todo, estamos perdendo algumas raízes aqui, que somos nós. Ouvi a fala do Secretário, uma fala importante, quando ele falou de perseguição de cultura, ou caça. É verdade. Mas vocês querem saber o que é se sentir perseguido? Virem índio por um dia, aí

vocês vão saber o que é perseguição. Boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Iris de Franco, do Fórum do Forró.

A SRA. IRIS DE FRANCO – Boa tarde a todos. Venho aqui falar em nome de todos os forrozeiros de todas as matrizes do forró – a dança, a música, a culinária, as artes e a moda –, pelo Fórum do Forró, pelo SP Forró e pelos coletivos do forró.

Sou professora de forró dança e idealizadora do Projeto Mulheres que Conduzem e estou aqui para falando do forró como cultura de paz. Muitos ainda têm a ideia de que o forró é o do risca-faca, mas isso é do passado. O forró é uma cultura de paz. Eu vivo intensamente essa cultura todos os dias num ambiente muito democrático e inclusivo, da qual participam – dançam, cantam e confraternizam – pessoas de todas as raças, idades, classes sociais, sociais, gêneros, tribos e nacionalidades.

O forró está presente no mundo inteiro. Está na Europa, na América do Sul, na América do Norte, na Austrália. Há festival de forró até em Oslo. Inclusive acabei de voltar de uma turnê internacional de aulas de forró, e a comunidade forrozeira mundial se ajuda, pratica a paz; são pessoas que recebem em suas casas, nos seus sofás, uns aos outros. Temos uma rede de apoio às mulheres do mundo, a gente se conversa.

Estou aqui para defender essa cultura de paz que é o forró, difundida no mundo inteiro. Primeiramente, ele chegou ao mundo através da dança, porque, na dança, as pessoas se abraçam; e o abraço do forró é acolhedor e aconchegante. Num mundo individualista e cheio de conflitos, onde as pessoas se isolam, é muito interessante as pessoas chegarem num lugar e abraçar, por três minutos, um desconhecido, trocando com ele boas energias. É isso que o forró promove no mundo inteiro, e é por isso que ele conquistou o mundo.

Por isso, hoje, venho pleitear cinco milhões de verba para a Lei 1706 de Fomento de Forró, já aprovada. Queremos que o abraço do forró se espalhe, mas precisamos de verba para que ele continue existindo.

É isso, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Iris de Franco.

Tem a palavra a Sra. Carolina Yumi, também do Fórum do Forró.

A SRA. CAROLINA YUMI – Boa tarde. Sou forrozeira, mas, antes disso, sou uma educadora, sou da educação e me dei ao direito de estar aqui tendo voz dentro da cultura porque eu quero reforçar que o forró, além de tudo isso que a querida Iris falou, também é educação e inclusão; além do abraço, ele promove a dança, a música e o resgate da nossa cultura e da nossa tradição e da nossa raiz.

Dentre os muitos feitos benéficos, o forró promove também a socialização e a inclusão de pessoas com deficiências e inclusão de gênero, de etnias e de classes sociais. Por isso, como educadora, me dou ao direito de vir aqui pedir mais fomento e mais difusão da cultura do forró como um todo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Isabel Santos, do Fórum do Forró.

A SRA. ISABEL SANTOS – Boa tarde a todos, à Mesa, aos amigos da Cultura que estão promovendo tanta união. Espero que isso chegue a vocês, porque é unânime o que se está falando aqui.

Endosso tudo o que os oradores anteriores disseram e, por isso, vou direto a outro ponto que ainda precisamos discutir. É de conhecimento geral e comprovado cientificamente nas diversas áreas do saber que a cultura tem um diálogo transversal em todos os segmentos da existência humana, como saúde, educação, lazer e inclusive economia; essa última, incentivada na concepção moderna da economia criativa.

Por isso, com toda verba que se destina à cultura, nós estamos também levando crescimento para todos os segmentos que são acessórios a essa atividade.

As escolas municipais de João Pessoa estão liderando os índices de educação ao usarem o cordel como uma de suas formas de ensinar, um dos aspectos dessa cultura de raiz contemplado dentro do forró.

A vivência das várias formas de arte das culturas de raiz traz para os estudantes e os demais, em outros aspectos e lugares, valores que hoje estão escassos na nossa sociedade, como colaboração, respeito, empatia e aceitação à diversidade, além da transmissão do conhecimento dessa nossa identidade.

Para vocês terem uma ideia da diferença, aqui no Brasil, na maior cidade do País, não há um festival de forró, mas na Europa há 55 festivais por ano. O que será, então, que leva os estrangeiros a gostarem tanto da cultura brasileira? Estou dando um exemplo com o forró, mas não é só ele. Enfim.

Vários editais foram lançados, mas nunca apropriados para os mestres à cultura de raiz, porque o conhecimento que eles possuem não está em certificações acadêmicas. Precisamos corrigir isso.

Estamos falando há dois anos sobre o Centro de Referência do Forró. Os centros de referência de cada cultura traz a oportunidade de os próprios detentores de cultura decidirem o que querem fazer e não receberem uma proposta, de cima para baixo, que normalmente não atende às suas necessidades, porque são os mestres que sabem como passar esse conhecimento.

Além disso, gostaria de lembrar a questão econômica. O antigo MinC levantou alguns dados muito interessantes. Por exemplo, a cada real empregado na cultura, retornam 13 reais ao lugar que fez o investimento.

Para concluir, quero dizer que nós representamos uma atividade econômica extremamente importante para esta cidade. Se São Paulo, como se diz, é a cidade da cultura, então, vamos fazer jus ao título. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Isabel Santos.

Tem a palavra a Sra. Cris Rangel, do Movimento da Música de São Paulo.

A SRA. CRIS RANGEL – Boa tarde aos Secretários, aos Vereadores, aos operários da cultura de São Paulo, ao Movimento Fórum do Forró, ao movimento do reggae, ao movimento da música, ao movimento da literatura periférica, da qual também sou

representante, porque sou poeta e publiquei um livro independente. Gostaria que a Secretaria olhasse para os escritores independentes periféricos de São Paulo que pedem empréstimo para publicar seus livros, para poder vendê-los e ganhar seu dinheirinho dignamente.

Gostaria de começar sugerindo que as próximas audiências da Cultura tivessem representantes também da Saúde e da Educação, haja vista que a arte tem sido instrumento de terapias de saúde mental e educação utilizado pela Humanidade há milênios e é extremamente atrasado não olhar para o movimento multidisciplinar das artes no século XXI, como disse o Secretário.

- Manifestações no recinto.

A SRA. CRIS RANGEL – Eu estou aqui em nome dos artistas que se autogerem e dos produtores culturais, com um olhar obviamente específico na música independente na Cidade e na literatura.

A Lei 376/16, Lei de Fomento à Música está pendente de apenas uma votação. Há 900 mil previstos para ela, mas queremos dois milhões – o que não é nada perto da verba de algumas leis que já estão encaminhadas – para podermos promover uma circulação mínima na cidade de São Paulo, formar público e formar consumidores de música a fim de que sejamos realmente uma economia articulada e organizada; porque a música não é organizada. O que há é uma cultura do instrumento, algo muito egoísta, e por isso não há essa mobilização, por exemplo, no teatro, que é uma prática coletiva, na qual todo mundo está articulado.

Gostaria de despertar o interesse do pessoal da música em conversar mais, independentemente de gênero musical, seja RAP, forró ou reggae, porque estamos todos no mesmo balaio, e a Lei de Fomento à Música é inclusiva nesse sentido, é para todo mundo e precisa começar a vigorar e ter seus recursos ampliados para dois milhões, já que o edital da música de 2019 não foi realizado. Daí ser fundamental o Conselho Municipal de Cultura para essa conexão e sincronização pedida pelo Secretário. Estamos abertos ao diálogo, e a cadeia produtiva só vai se estabelecer se ele acontecer.

Secretário, o movimento da música de São Paulo e o movimento da literatura estão

abertos ao diálogo. No dia 26, queremos conversar sobre o Conselho Municipal de Cultura, pois só ele vai aproximá-lo de todos esses movimentos e reclames para que haja integridade nas nossas falas e que realmente sejamos ouvidos.

Transparência, por favor. É isso o que queremos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Sandro Borelli, Presidente da Cooperativa Paulista de Dança.

O SR. SANDRO BORELLI – Boa tarde a todos e todas, ao Secretário Alê Youssef e aos Vereadores.

Mais uma vez, estamos na briga. Esta minha fala é muito direcionada também aos Vereadores desta Casa, não somente ao Secretário Alê Youssef e à sua equipe. Para início de conversa, é necessário, de uma vez por todas, pensarmos cultura nesta cidade como emprego, como uma categoria profissional. Não se pensa assim. Uma boa parte dos Vereadores desta Casa não entende nem percebe o nosso fazer como uma categoria profissional. Somos trabalhadores da cultura e da arte.

Apesar de necessário, não sei quando vamos conseguir convencer esta Casa. Por isso, todo ano nós vimos aqui e falamos a mesma coisa.

Também é importante dizer, Secretário, que reconhecemos que você injetou mais oxigênio na cultura da Cidade. O antigo Secretário era inimigo da cultura. Nem vou citar o nome daquele sujeito que era Secretário da gestão Doria, tão nefasta para a cultura da nossa cidade. É bom deixarmos claro sempre, pois não podemos nos esquecer disso. Sua vinda, em minha opinião, foi um ganho, pois conseguimos respirar. No entanto, não dá para entender por que o orçamento da cultura não atinge um por cento. Isso não pode ser possível numa cidade como São Paulo.

Outro assunto que preciso abordar são os fomentos, que são necessários. Não entendemos por que o fomento à dança na cidade de São Paulo sofreu um corte; foi previsto um corte de 11 milhões em 2019, que agora desceu para oito milhões. Não conseguimos entender e achamos necessária uma explicação.

Além da dança, também é necessário um olhar especial ao vocacional, ao VAI I, ao VAI II e ao PIÁ.

Enfim, precisamos ficar atentos. Aos Vereadores: somos trabalhadores da cultura.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Sandro Borelli.

Anuncio a presença do Líder do Governo, Vereador Fabio Riva.

Tem a palavra o Sr. Thiago Vasconcelos, da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. THIAGO VASCONCELOS – Boa tarde a todos. Neste momento, eu acho fundamental reafirmarmos a centralidade da cultura como um projeto de humanidade. No entanto, poderíamos nos perguntar se 0,63% reflete essa dimensão econômica e a perspectiva política de uma necessidade de desenvolvimento em que a cultura e a arte são centralidade. Não.

São Paulo tem 12 milhões de habitantes. Se dividíssemos o valor do orçamento da cultura pelo número de habitantes, teríamos um investimento direto de 3,59 reais por mês por habitante, um valor ridículo.

Por enquanto, estamos aqui para disputar orçamento. Num futuro próximo, e nós já estamos organizando isso, vamos brigar pela universalidade do direito de todas as pessoas desta cidade, quem produz e quem faz a fruição, fazerem cultura. Porque o que nos difere dos ultraliberais e dos conservadores é que essas duas correntes políticas não acreditam que um dia o regime de competição vai acabar. Nós, não. Nós acreditamos que o regime de cooperação, colaboração e solidariedade acabaria, porque os fomentos ainda são algo que nos leva a competir. Chegará o dia em que nós, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, não vamos mais competir. Então, esta é só a ponta do *iceberg*.

- Manifestações no recinto.

O SR. THIAGO VASCONCELOS – Falando em competição, o faturamento do filme Angry Birds 2 foi de 145 milhões de dólares, maior do que o da cultura da cidade de São Paulo para este ano. Em tradução livre para o português, o nome do filme seria Pássaros Revoltados;

uma tradução poética.

Brincando um pouquinho mais com isso, o orçamento da produção de dois filmes da franquia Piratas do Caribe é equivalente a 20 anos do orçamento da cultura do Município de São Paulo para toda a população da nossa cidade, para todo o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores. Indo um pouco mais além e comparando o nosso orçamento com o da franquia Vingadores, a cifra seria equivalente ao nosso investimento para 60 anos. Não estou falando do fomento de alguma linguagem, mas do orçamento geral e total desta cidade, e as contas não estão equivocadas.

Os números que nós temos são absolutamente ridículos.

Então, eu acho que a gente tem que olhar agora para frente e derrotar o projeto liberal e conservador que se coloca, para depois a gente chegar ao nosso plano mínimo, que é a universalidade e todas as pessoas produtoras e usufruidoras poderem ter acesso e produzir cultura nesta cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Osmar Araujo, do fórum de Ponto de Cultura da Capital.

O SR. OSMAR ARAUJO – Estou representando o Fórum de Pontos de Cultura da Capital e dizer que o programa Cultura Viva precisa de reconhecimento político dos senhores, jurídico, com aprovação da Lei Cultura Viva Municipal; e econômico, com um orçamento a mais de R\$ 15 milhões, porque a rubrica do orçamento deste ano está zerada. Então, além dos R\$ 518 milhões que nós também apoiamos, o orçamento iria para R\$ 533 milhões, porque nós precisamos desse edital.

Nos últimos anos, temos percebido um jogo de cobertor curto no orçamento da Cultura. É tal de puxa daqui, tira de lá, vende o orçamento do ano que vem para pagar o orçamento do ano passado. Está meio enrolado isso. E, como apresentou aqui com propriedade o *rapper* Pirata, a realidade é que o Orçamento Municipal só aumenta e o nosso só diminui. Isso é muito ruim para nós, da Cultura.

Então, se este Governo e esta Casa apoiam a cultura, tem que dar um forte recado para nós e reconstituir o Orçamento para os R\$ 533 milhões que eu disse, e não ficar nesse jogo. Porque depois que sai daqui a gente fica passando o pires nas Comissões, falando com o Secretário, e assim por diante. Isso não é legal. O ideal é ter já direto esses R\$ 533 milhões.

Nós, do Cultura Viva, defendemos a cultura viva comunitária e estamos atentos quando se tira o recurso de um programa para pagar outro, que é o que vem acontecendo recentemente. A gente não quer competir com o colega, o companheiro que está na quebrada fazendo cultura. Tem gente aqui na Bela Vista fazendo teatro, tem gente fazendo *hip hop* lá no Alto da Riviera, na zona Sul, ou nós que estamos na zona Norte, e assim por diante. São todas as linguagens. Então é um programa muito importante para ser investido e apoiado.

Precisamos desses R\$ 15 milhões, e eu espero que, no ano que vem, a gente esteja com o Secretário numa comissão para poder discutir o edital do ano que vem.

Para terminar, falarei de três pontos. O primeiro são os conselhos da Casa de Cultura, que é lei e que passou a ser desrespeitado, por que existiu uma eleição e não foram retomados esses conselhos das Casas de Cultura; e o outro são as ocupações culturais. Como p Secretário vai abrir um apoio para as Casas de Cultura se as ocupações culturais na Cidade vêm sofrendo ameaças a todo tempo, 24 horas por dia? Então, assim como foi feito para as escolas de samba, na semana retrasada, que foi feita uma concessão por 20 anos para algumas escolas de samba ocuparem os terrenos públicos. Então, que seja feito também para as Casas de Cultura.

Por fim, se for privatizado o Anhembi, que seja instaurada uma comissão especial para discutir como que aquele equipamento de cultura vai fomentar o desenvolvimento da cultura da cidade de São Paulo, porque isso não está sendo feito.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Cléia Plácido, da Cooperativa Paulista de Dança.

A SRA. CLÉIA PLÁCIDO - Boa tarde, senhores. Sou da Cooperativa Paulista de

Dança.

A gente está num período tão absurdo que a gente acaba ficando feliz com migalhas, e a gente vê que existe uma grande distância entre o que se escuta falar, entre os grandes desejos e anseios e o que realmente acontece, o que é realmente executado.

E, no caso da Cultura, a gente tem sido ridicularizado, porque 0,73% para a Cultura numa cidade como São Paulo é um absurdo. Em 2016 para 2017, o orçamento era de R\$ 518 milhões; hoje está R\$ 432 milhões.

Quanto custava o Bilhete Único em 2016? Quanto era o custo de vida naquela época. A gente não está sendo reconhecido como trabalhador de cultura, como pessoas que pagam contas, que têm responsabilidades. Muitos de nós temos filhos, família. Nós somos seres humanos, e a cultura é um direito humano, não só de quem vive no centro da Cidade, mas de toda a cidade de São Paulo.

Outra coisa que eu também faço voz e faço coro é para a implementação do Plano Municipal de Cultura e também à implementação do Edital da Música. A gente precisa da recuperação e atualização do fomento à dança, que teve orçamento reduzido. Ano passado, tinha uma previsão de R\$ 11 milhões, que agora é de R\$ 8 milhões.

Também faço voz ao que foi dito anteriormente. A gente não quer competir, a gente quer cooperar. A gente precisa que a nossa produção, que é imensa, é enorme dentro da cidade de São Paulo, não só da dança, mas de todas as linguagens, possa chegar aos teatros, aos centros culturais; e que esses locais tenham verba para receber outras produções, que não sejam só as do fomento.

E que também, a gente tenha condições de manter a nossa vida dando aula, a partir a partir dos programas de iniciação artística, vocacional, o PIA, enfim, Há uma grande produção e uma grande capacidade de trabalho que precisa ser capilarizada por políticas estruturantes. A gente não quer mais evento, a gente quer políticas estruturantes para a cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. José Marilton, “Chapinha”, da comunidade Samba da Vela - União Sul.

O SR. JOSÉ MARILTON – Boa tarde, gente. “A gente não tem cara de panaca, a gente não tem jeito de babaca, a gente não está com a bunda exposta na janela para passar...” Esse recado é para aqueles que estão querendo degradar a nossa cultura. Caíram de paraquedas em Brasília e estão querendo acabar com a gente, mas não conseguirão porque, como diz a rapaziada da periferia: “Nóis é guerreiro”. Beleza?

Sou um cearense metido a sambista, sou fundador da Comunidade Samba da Vela, mas a caminhada é bem antes do Samba da Vela, que é mais um projeto que a gente fundou. E estou juntamente com vocês para defender esse orçamento para a Cultura. Se Deus quiser, dessa brincadeirinha de R\$ 518 milhões, serão R\$ 500 milhões para o Samba da Vela e R\$ 18 milhões para vocês. Está bom assim, ou não?

Brincadeiras à parte, temos que defender isso e, de preferência, corrigido o valor, porque vem de 2017 essa rubrica.

O Samba da Vela, por exemplo, está pedindo apenas R\$ 5 milhões. Quem é da periferia e quem é de São Paulo, quem entende um pouco de cultura, sabe o que o samba representa nesta cidade. Não vou nem falar da economia criativa, que todo mundo aqui sabe o que a cultura representa.

Tirando um pouco o foco do samba, já foi dito aqui a respeito do retorno que a cultura dá quando se investe na Cultura. Em 2005, a gente fez uma batalha na Assembleia Legislativa para arrumar mais grana para a Cultura do Estado, e essa luta acabou virando o ProAC e foi provo naquela época, segundo um estudo, a cada real aplicado na indústria, se for aplicado na Cultura dá 13% mais retorno do que na própria indústria, Então a gente tem que correr atrás desse estudo novamente para provar para o pessoal aqui.

O nosso samba é nada mais, nada menos, do que o patrimônio e material desta Cidade, do País, e a gente não era visto. Por que estou dizendo que a gente não era visto? Porque agora nós temos alguém que está na Secretaria e, de fato, está olhando não só o

samba, mas a todos.

Tem dois projetos de lei aprovados aqui, e até hoje estamos invisíveis. Então, a gente quer essa rubrica de R\$ 5 milhões para, de repente, dar um moral para nós. Beleza? E espero que todos nós consigamos os nossos objetivos, porque o nosso objetivo é simplesmente fazer cultura e, e ao mesmo tempo, contribuir com a saúde, com a segurança, contribuir com um monte de coisa nesta Cidade, que muitos dos parlamentares não conseguem.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Tem a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretário, como eu estou mergulhada no orçamento faz um tempo já, então algumas dúvidas já foram sendo respondidas. Aliás, a gente recebeu agora uma resposta da chefia de gabinete a respeito de alguns pontos em que, analisando o orçamento, eram dotações não tão discriminadas. Por exemplo, os recursos vindos do Fundurb para acessibilidade e segurança de equipamentos culturais: não tinha a descrição na peça orçamentária e a chefia de gabinete nos informou ponto por ponto, então levarei isso para a próxima reunião da Subcomissão de Cultura.

Um ponto que a gente observou também é, se não me engano, o que a SP Cine tem previsto para o ano que vem é um valor idêntico ao do ano passado. Quer dizer, não prevê nenhuma ampliação em investimento de produção audiovisual. Queria saber se se é isso mesmo e se tem alguma previsão de captação de recursos adicionais para bancar a produção cinematográfica.

Uma das metas do Plano de cultura é ampliar as fontes de recursos para a Cultura, depender menos de recursos orçamentários próprios. É uma coisa que se discute faz tempo é como o fundo de cultura poderia, talvez, ser alimentado por recursos provenientes da exploração da atividade cultural na cidade de São Paulo. Eu fiz faculdade de Cinema e, desde aquela época, a gente fala que queria uns centavinhos do ingresso do cinema para um fundo

de produção local. Entendo que isso não depende só de uma iniciativa da Secretaria e, talvez, nem possa fazer isso só por meio de legislação municipal, enfim, se há algum estudo da Secretaria nesse sentido, de como a gente pode captar mais recursos provenientes da atividade econômica superlucrativa e cultural no Município.

E para o Teatro Municipal, eu gostaria de entender melhor esses programas para escolas públicas, os 16 programas, se eles já estão também desenhados, definidos, ou se são programas a serem construídos. E o que o programa inclui? Inclui só a atividade em si no Teatro Municipal, ou em outros espaços; ou se inclui também, por exemplo, recursos para a locomoção das escolas, ou se isso cabe no orçamento da Educação?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todos. Cumprimentar toda a Mesa, em nome do Presidente da Comissão, nobre Vereador Alessandro Guedes. Cumprimentar todos os que estão presentes para a gente discutir essas duas pastas importantes, tanto a Secretaria de Cultura, como a de Turismo, com seus institutos, empresas e fundações também que compõem.

São duas Secretarias que eu acho que a gente acertou, porque têm os seus planos municipais: o Plano Municipal de Cultura, como também o Plano Municipal de Turismo. Em especial, eu me dedico bastante ao turismo. Como foi dito aqui pelo Secretário Júnior, sou Presidente da Comissão recém-criada de Turismo, Lazer e Gastronomia e tenho uma dúvida aos Secretários referente aos planos municipais, de Turismo e de Cultura: Quanto do que está previsto nos planos consegue ser contemplado, com o Orçamento encaminhado para esta Casa, tanto de Cultura, como de Turismo? Acho que é importante, até para a gente ter uma noção do quanto a gente tem que trabalhar para a evolução desse orçamento, tendo como base os planos municipais.

Como dito aqui por muitos que trouxeram seus questionamentos, são duas leis

aprovadas por esta Casa e que devem ser cumpridas ou, pelo menos, o que for previsto ser cumprido dentro dos planos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa tarde a todos e todas. Sendo objetivo para os representantes da SPTuris, Secretaria de Turismo, o Governo aprovou nesta Casa a venda da SPTuris e estimava arrecadar R\$ 4 bilhões, na fala do ex-Prefeito Doria; depois colocou à venda por R\$ 1 bilhão. O leilão foi suspenso, antes de ser colocado à venda, e a gente recorreu ao Tribunal de Contas, que fez uma avaliação maior; e com o valor maior, não houve interessados. Ou seja, querem comprar a preço de banana, senão não querem comprar.

A minha pergunta é: continua nos planos do Governo vender a SPTuris? Senão por que estaríamos discutindo o Orçamento? Senão nós precisamos trabalhar, como foi falado pelo representante dos funcionários, para requalificar o espaço, já que se perdeu uma série de feiras e eventos, porque se você fala que vai vender ninguém mais vai fazer contrato lá; e você sucateia.

Se não for vender a SPTuris, é necessário ter uma dotação de manutenção daquele espaço, que é o melhor espaço de convenções, de eventos e feiras da cidade de São Paulo, por ser o mais bem localizado.

Então, em respeito à necessidade da SPTuris como empresa pública, aos empregados, que são quase 400 funcionários que trabalham lá, a gente precisa dessa resposta: o Governo pretende vender? Sim ou não?

Quanto à Cultura, antes de qualquer consideração sobre o Orçamento, eu me sinto na obrigação de fazer um registro. Nesse momento grave do nosso país e da América Latina, haja vista o que está acontecendo na Bolívia; eu acho e reputo muito importante as declarações do Secretário de Cultura em defesa da Cultura, contra a censura, e a gente não pode se dividir nessas questões. Então eu queria cumprimentar, de público, o Secretário pelos

seus posicionamentos. (Palmas)

A Cultura é a maior arma para enfrentar a barbárie. Eu acho que a partir daqui que a gente tem que fazer o debate. Se a gente está enfrentando a barbárie, o ensaio de fascismo, não é à toa que eles atacam a Cultura com tanta violência; a Cultura, a ciência. Ontem teve o encontro dos terraplanistas. Então é necessário acabar com qualquer conceito científico para poder implantar a tal da pós-verdade, e tudo é possível.

E vamos ao Orçamento, e aí gostaria de dialogar com o Secretário. Por isso me coloco totalmente no mesmo campo quando ele faz as suas colocações, mas vamos debater um pouco o Orçamento da Cultura, que é a primeira questão. Com todo respeito ao representante da Secretaria de Finanças que estava do meu lado; ele está anotando, absolutamente, tudo. Prestei atenção e ele está sendo muito rigoroso no trabalho dele, mas a gente precisava ter o Secretário de Finanças aqui. Porque a disputa não pode ser entre verbas da Cultura. A disputa é outra. Então o Secretário de Finanças deveria estar aqui, essa é uma falha das nossas plenárias temáticas, porque tudo se resume a como se reparte o bolo e as opções políticas. Teremos uma plenária geral, uma audiência pública geral. Vamos fazer esse debate, mas seria importante o Secretário ouvir os argumentos colocados aqui, porque não são quaisquer argumentos.

Eu queria me prender a um elemento simbólico da Secretaria, porque Cultura trabalha com símbolos e nada contra o Theatro Municipal e a Fundação Theatro Municipal, mas lembro-me bem de que na Administração Kassab, quando foi aprovada a lei que criava Fundação Theatro Municipal, era para permitir a captação de recursos privados. Porque o discurso era que a Cidade tinha tão poucos recursos, a gente fica financiando óperas... Eu não tenho nada contra financiar óperas, récitas, sinfônica - acho ótimo. Mas o discurso era que tinha que captar do privado e não tem nenhuma previsão de captação do privado pela fundação.

A Fundação custa 131 milhões e meio para o ano que vem e todos os fomentos e mais os editais, e mais o Hip Hop, e mais as rádios comunitárias não chega a 80. Então tem

um elemento simbólico, que era no mínimo equilibrar. Eu não quero fazer uma contraposição da ópera com o hip hop, nada disso. Mas acho que tem elementos simbólicos. Então a gente precisaria equilibrar isso. E também do ponto de vista da execução, porque o Secretário falou que está executando bem o orçamento dele, 70 e poucos por cento de execução, mas no Theatro Municipal é 91%, que nos fomentos não chega a 50%, alguns a 11%, 15%. Então tem problema na execução. Mas o que eu queria dizer e eu acho que vocês já deram a resposta. Na minha opinião, o que eu acho que deveria ser a grande bandeira, porque ela é muito fácil de entender, é que não vamos ficar brigando entre as várias áreas da Cultura, mas se a gente tirar 10% da projeção de recapeamento, aumenta-se 25% o orçamento da Cultura. Está simples. Não está difícil. (Palmas)

Esse é o debate político, esse é o debate do orçamento, que é de opções políticas. As opções políticas estão colocadas, vocês colocaram muito bem, cem milhões de recapeamento. Eu até escutei, de gente que entende, que não vai conseguir recapear tudo, porque tem um problema de logística. Recapeamento é à noite, vai ter congestionamento de carreta de asfalto, têm empresas quebradas, tem um monte de problema. Primeiro que é difícil executar, mas vamos dizer que se execute, mas tem uma opção política a ser feita, e esse debate é que a gente tem que fazer. Cem milhões num orçamento de 68 bilhões. Estamos falando de – vamos chamar - dinheiro de pinga. É dinheiro de pinga para o orçamento da Prefeitura. E é uma opção política que está à mão, está à mão. Tirar dinheiro do recapeamento, cem milhões, não vai acabar com a Cidade, muito pelo contrário. Vai ficar ainda com 90% do orçamento, são só 10%, e vai dar um fresco enorme desde que esse dinheiro seja prioritariamente para os fomentos e para os editais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Antonio Donato.

O próximo é o Vereador Atílio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Boa tarde a todos. Eu, há muito tempo acompanho essas audiências públicas, principalmente, da Cultura. Já conheço várias pessoas que sempre,

quando chega em época de orçamento, nos procuram pedindo ajuda. E a gente não pode chover no molhado, vocês nos procuram, a gente atende no orçamento e depois as coisas não acontecem.

Quero perguntar ao Sr. Secretário o que pode ser feito para minimizar a burocracia para que os programas de Cultura sejam efetuados? Acho que o Secretário pode ajudar e muito, pelo que ele disse aqui, preocupado, uma pessoa que tem boas intenções, que tem bons planos para o seu exercício na Secretaria de Cultura. Então ele precisa trabalhar nesse sentido, minimizar, acabar com a burocracia que existe, porque às vezes vocês nos procuram, a gente direciona recursos, depois emperra em alguma coisa. Emperra em uma burocracia, num critério, que a gente não consegue entender. A gente faz tudo - não só eu, como outros Vereadores também, que tiveram oportunidade de relatar em orçamentos anteriores -, temos essa preocupação de minimizar as questões. Não dá para atender todo mundo, nós nunca vamos atender tudo que vocês querem. Mas eu acho que, pelos programas existentes, a Secretaria pode contribuir muito em minimizar a burocracia, facilitar o acesso aos recursos de programas que já são marca na cidade de São Paulo.

Fico sensibilizado com tudo que vocês falam, com tudo que vocês pedem, reivindicam e a gente quer fazer. Então, a gente precisa realmente contar, primeiro com essa regulamentação de minimizar burocracia para que, às vezes, recursos mínimos, pequenos que são exigidos por vocês para determinados programas possam ser liberados sem dificuldade, para que a Cultura realmente possa ter esse campo de crescimento, para que a cidade de São Paulo possa ser realmente chamada, como muitos disseram aqui, de a Cidade da Cultura.

Nós, Vereadores, estaremos sempre disponíveis para ajudar naquilo que for preciso, principalmente na Comissão de Finanças e Orçamento. Mas acho que a Secretaria pode ajudar bastante, criar um mecanismo, ainda que seja mudança na lei, envia para cá, a gente estuda, a gente discute com vocês. É a melhor forma para que a Cultura realmente possa prosseguir e desenvolver em todos os sentidos: na área da infância, da juventude, da adolescência, da terceira idade, etc., enfim, em todos os segmentos a Cultura é fundamental

para que a nossa cidade possa desenvolver os trabalhos necessários.

Parabenizo vocês, porque já tivemos época em que a participação de muitos de vocês abalaram as estruturas da Casa, e agora, hoje, a gente vê o amadurecimento também da parte de todos vocês de reivindicar, lutar, buscar, querer. Eu acho isso válido, independente do que faço, do que sou, porque sou uma pessoa religiosa, sou bispo, mas aplaudo incessantemente o empenho, o esforço, a dedicação de vocês. Não tenho discriminação nenhuma com a Cultura. Acho que proibir qualquer coisa na Cultura ou em qualquer setor, acho isso uma perda de tempo, é atraso. Acho melhor discutir regras, discutir mecanismos para que a coisa possa funcionar de maneira aceitável do que simplesmente com uma canetada proibir isso ou aquilo.

Sou favorável a tudo que vocês fazem e mais uma vez, parabéns. Conte conosco naquilo que puder contribuir para que a Cultura seja verdadeiramente a cara de São Paulo.

Conte conosco. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Atílio Francisco. Eu quero informar ao público que pediu uma sub-relatoria de Cultura que nós, da Comissão, entendemos que deve ter uma sub-relatoria da Cultura na nossa comissão. Então será atendido esse pleito.

Secretário, quero dizer que surge muito na Subcomissão de Cultura, que foi criada também na nossa comissão, a pedido do Movimento de Cultura, a discussão de que o orçamento da Cultura não chega até a ponta da Cidade, até a periferia. Grupos, que às vezes têm dificuldade, como bem disse o Vereador Atílio, e que se perdem na dificuldade da burocracia, não conseguem ser atendidos e outros que até tem essa condição técnica, mas também não conseguem fazer seus projetos virarem para que esse tipo de atividade cultural aconteça lá na ponta da periferia. Por isso eu gostaria que o senhor falasse um pouco disso também. Outras considerações eu faço na segunda rodada.

Então de imediato quero passar a palavra ao Secretário Alê Youssef e depois para a SPTuris.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF – Bom, não vou conseguir esgotar todos os assuntos, são muitos detalhes que vamos ter de entrar e, obviamente, vamos estar abertos para todos os processos de esclarecimentos e construções coletivas da melhor forma possível para abordar todas essas ações e questões que foram levantadas.

Em primeiro lugar, de maneira mais genérica, queria dizer que a nossa equipe considera o Plano Municipal de Cultura um documento importante, um documento robusto. É um documento que traz desafios para qualquer gestão, que não dialoga imediatamente com a peça orçamentária ou com o organograma preestabelecido de gestões, porque foi elaborado a partir das demandas, e demandas justas, de um movimento cultural. E temos prestado os esclarecimentos para a Subcomissão de Cultura, temos mantido um amplo diálogo com a Vereadora Soninha nesse sentido.

Quero dizer que várias ações do Plano Municipal de Cultura estão em andamento e eu vou pedir para minha equipe fazer até um *hotsite* para poder mostrar, item por item, o que está no plano e o que está sendo feito, detalhadamente. Porque existem muitas ações que estão em sinergia, estão em diálogo, inclusive até achei curioso antagonizar as questões relacionadas à fomento ou às questões de políticas públicas de Estado, de Fundo e de investimento como o Promac, sendo que o Promac é a ação 1.4 do Plano Municipal de Cultura. É importante falar também a respeito do Promac, numa linha mais genérica de reflexão, que as micro e pequenas empresas, as MEIs, vão estar habilitadas a participar do Promac. É um passo importante para gente ampliar as ações.

Também dizer que no dia 26 de novembro, que é o dia da audiência pública do Plano Municipal de Cultura, só não posso às 18hs, porque vamos inaugurar o Cine Sabotage, no Centro Cultural do Grajaú, que é uma das metas que vamos realizar, aliás, a Vereadora Soninha já está convidada, porque tem uma relação histórica com o Sabota, e vai ser muito legal esse evento. Gostaria muito de participar, estou à disposição, mas se tiver outra data seria até melhor para a gente poder participar. Todos estão convidados para esse momento importante lá no Centro Cultural Grajaú.

Bom, grosso modo, vou detalhar algumas coisas que consegui anotar, depois acho que a gente tem de criar outros momentos de diálogo e acho que esse momento da audiência relacionada ao Plano Municipal de Cultura será um bom momento para avançar.

Em relação ao circo, o valor aprovado em 2019 foi de 1 milhão, 909 mil e 949 reais. A gente tem a noção de que existe um panorama de cinco milhões de reais pelo movimento demandado, falando da aprovação, mas são três milhões de reais de diferença que vêm a partir de emendas, de emendas ao que se tinha preestabelecido. Do valor aprovado, nós tivemos um passivo de quase 900 mil, porque em 2018 foram lançados dois editais sem ter recurso para tal e assim foi necessário fazer uma suplementação de 1 milhão o que fechou a dotação em 2 milhões, 909 mil e 949 reais, como eu disse. Desse valor, foi lançada a quarta edição do fomento ao circo, no valor de dois milhões, e, além do edital de fomento ao circo, foi lançado o edital do Festival Internacional do Circo, 1 milhão e 240 mil a ser realizado em abril de 2020. Para 2020, o orçamento proposto foi de 5 milhões, 142 mil e 634 para as duas edições do fomento ao circo.

Sobre o Mês do Hip Hop, a gente sabe todas as questões e as polêmicas relacionadas ao tema. O movimento é totalmente legítimo para colocar sua posição ou o próprio Pirata que, bravamente, defende suas questões, mas existe aí uma interpretação bem clara e simples. Eu acredito – e acredito mesmo – que, ao longo de fevereiro de 2019, nós realizamos encontros e reuniões abertas para tratar da temática da formulação do Mês. Todas as reuniões tiveram como temática norteadora compromissos inseridos no artigo 2º, da Lei 58207/2018, as representações de todo o território do Município compareceram e apresentaram colaborações que foram mapeadas e contempladas pela coordenadoria temática, de acordo com sua relevância e pertinência. Dentro desses processos e fluxos aprimorados pela nova gestão da Secretaria Municipal está a formalidade da seleção e contratação dos artistas que compõem as atividades do Mês do Hip Hop. O equipamento público que ensejou a contratação dos artistas, que compuseram as atividades relacionadas do Mês, é lícito, idôneo, transparente. O procedimento foi destinado a comunicar resolução oficial

de interesse público qual seja a inscrição, apresentação dos interessados em participar das atividades do Mês Hip Hop.

No referido ato oficial foi dada a publicidade das informações pertinentes ao interesse do cidadão, tais como: orçamento das atividades, remuneração dos selecionados, etc., foram 1 milhão e 680 mil reais no processo, e para assegurar a isonomia e idoneidade da seleção das atividades que seriam incluídas nas atividades do Mês do Hip Hop, o chamamento público previu a estruturação de uma curadoria especializada composta por 24 pessoas ligadas à cultura hip hop, que atuaram na seleção das atividades mapeadas.

Nós estamos estudando inclusive para 2020 o mecanismo dos proponentes indicarem curadores para serem eleitos, inclusive no processo, a partir da indicação dos proponentes.

Em relação ao forró, queria falar que faremos uma comemoração do Dia do Forró com a contratação de 15 grupos. Fizemos o arraial homenageando o forró e na Virada do ano que vem terá o palco dedicado ao forró, como é uma demanda. (Palmas) Quero dizer que o projeto de lei aprovado a partir de 2020 deverá fazer parte das linguagens a serem executadas pela supervisão de fomentos.

Também dizer que foi proposto, para o ano de 2020, o valor de 436 mil reais para a execução da primeira edição do fomento ao forró. Esse valor foi analisado a partir das demandas dos grupos. Sob o ponto da Cultura, o edital foi lançado, está em fase de análise da comissão, são 900 mil; 540 mil nossos e 360 mil vindos da verba federal. Faremos um esforço para ampliar em 2020. A previsão que está em 152 mil, mas vamos fazer esse esforço considerando uma coisa bastante parecida com aquele problema relacionado ao Fundo Setorial de Cinema que é a óbvia dificuldade e incerteza relacionada ao recurso federal, diante de um projeto que tem a origem no âmbito federal e agora passamos por todos esses problemas, amplamente listados por todos aqui.

Sobre o fomento à dança, relacionado à execução de 2019, o Programa Municipal de Fomento à Dança teve duas edições, em 2019. Na 26ª edição foram aprovados 10 projetos;

na 27ª, que poderão ser aprovados até 20 projetos. Atualmente, está em fase de análise pela comissão.

O Programa Municipal de Fomento à Dança teve orçamento aprovado de R\$ 7.738.544,00, contudo contava com enorme passivo, acima de cinco milhões. Assim, a Secretaria teve de solicitar suplementação do valor que fixou a dotação no valor de R\$ 10.738.544,00. Com esse recurso foram lançadas a 26ª e 27ª edições. Está com atraso, tendo em vista que a suplementação demorou a ser realizada.

Além dos valores e editais lançados, o edital referente a 27ª edição do Programa Municipal de Fomento à Dança resgatou algumas informações que a própria classe reivindicava. São elas: valor individual do projeto de 300 mil para 400 mil; revalidação e pesos dos critérios previstos em lei; avaliação e readequação orçamentária de projetos conforme determinado pela comissão e reunião pública para a comissão de seleção e os proponentes após homologação dos resultados. Essas reivindicações serão mantidas para os editais de 2020, os valores atualizados conforme parâmetro do IPCA.

Sobre o orçamento de 2020, a Secretaria apresentou orçamento de R\$ 8.308.068,80. Apesar de estar abaixo do ideal para o Programa, que deveria ser superior a 15 milhões, foi atualizado com as atualizações do IPCA, conforme previsto em lei e dentro de uma perspectiva orçamentária restrita quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demais linguagens também tiveram atualizações orçamentárias limitadas, conforme o indicador utilizado.

Por fim, a previsão de 2020, referente ao passivo será inferior ao do ano de 2019, o que possibilita um orçamento superior para editais a serem lançados.

Sobre a música, eu acredito na sua transversalidade. Nós temos várias ações de fomento que dialogam com a música, em diversas escalas. Acredito que é interessante a gente refletir sobre uma fala que foi repetidamente dita aqui, que a gente precisa colaborar em vez de questionar as próprias ou outras linguagens. Eu não acredito em avanço quando você coloca como parâmetro o questionamento a outros artistas ou se o artista A recebeu cachê tal, então

está errado, tinha de pegar esse cachê para pagar o fomento X. Acho que a gente não vai conseguir avançar dessa maneira. Vamos ter um monte de projetos importantes que serão lançados, como eu disse na minha fala inicial, que tenha transversalidade de linguagens como eixo. A música está presente em todas.

O edital inédito de fomento e de apoio às culturas negras, o edital inédito de fomento às vanguardas que vão ser lançados e outros tantos editais que vão sendo construídos com essa linha, que eu posso detalhar depois com mais calma.

Sobre as ocupações. Nós tivemos, na sexta-feira, a volta das minutas da nossa assessoria jurídica que levou em conta mapeamento, credenciamento e premiação. Está sendo analisada pela equipe técnica essa devolutiva e a previsão é que, até o final de novembro, se tenha os editais feitos para serem lançados, em 2020.

A demora na construção nesses editais foi por ser algo novo como política pública e que precisa de bastante construção e de análise técnico jurídica.

Nós temos claramente o reconhecimento político. Eu acho que esses editais vão ser um passo importante, inclusive, para o reconhecimento jurídico. Nós temos atuado em todas as vezes que somos chamados pela Justiça para defender judicialmente, dentro dos processos judiciais, a relevância, a importância e a fundamental ação cultural dessas ocupações. Nós temos de atuar como facilitadores com os proprietários dos imóveis e vamos atuar.

Agora mesmo, na semana que passou, estivemos na audiência relacionada ao Ouvidor. Nós já tivemos uma ação contundente relacionada ao processo judicial do 9 de Julho. São coisas que às vezes as pessoas não sabem, mas é importante dizer que a gente tem plena noção e plena convicção da necessidade de suporte de apoio. Por isso, nós vamos fazer esse edital, que também é inédito na Cidade.

Queria falar para o Cacique que já foi recebido por vários técnicos nossos. Nós estamos pensando em conjunto programas e ações com as lides urbanas. A emenda orçamentária que foi congelada, os 250 mil, nós queremos realizar isso de forma efetiva, em

2020.

Em relação ao que a Soninha falou, eu acho que, de fato, nós temos um desafio muito grande. O que está previsto no orçamento da SP Cine diz respeito ao seu custeio. Nós temos o desafio de ampliar esse valor. Neste ano, a SP Cine colocou 27 milhões para os editais relacionados ao audiovisual, parte desses recursos vinha do Fundo Setorial.

Nós queremos fazer a ação da SP Cine num contexto de valorização do Plano Municipal do Audiovisual robusto que, inclusive, estimule produções de audiovisual acontecendo na cidade de São Paulo e, com certeza, nós vamos trabalhar seja na articulação aqui na Câmara, seja na organização do nosso orçamento para que a gente mantenha o mesmo padrão de ação, de apoio e de fomento ao audiovisual na Cidade.

Então isso é uma questão, como nós conversamos, Soninha, que é muito importante também, assim como todas as outras que foram levantadas. A gente pode trazer um plano detalhado, junto com a Laís e sua equipe, para dialogar com todos vocês a respeito disso.

Acho muito interessante o que você falou sobre o Fundo de Cultura, alimentado pela exploração cultural que acontece na Cidade e tudo o que pode ser gerado. A gente tem feito estudos, nossa área técnica tem um analista de políticas públicas de gestão governamental focado nessa criação, nessa busca por esse fundo. É muito importante darmos esse passo que pode ser até uma resposta a tudo isso que estamos conversando aqui - uma das respostas.

Desculpe, Soninha, você falou do Theatro Municipal?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF - Ah tá, a Maria Emília vai falar daqui há pouco.

A SRA. SONINHA FRANCINE – O programa para as escolas públicas.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF - Ah sim. A Emília complementa daqui a pouco.

Responder a essa pergunta, Vereador Goulart, é uma resposta muito complexa de quantos por cento a gente precisa para que o plano seja contemplado. Quantos por cento do

orçamento, quantos por cento do que tem contempla o que está lá? A demanda histórica do movimento desde que esse plano foi construído está ali, 3% da Cultura.

Não existe pessoa da Cultura que possa ser contra isso, certo? É óbvio que a gente tem de pleitear o caminho em busca dessa percentagem. É óbvio também que muitos governos passaram e a gente nunca conseguiu essa porcentagem também, diga-se de passagem, desde que ela foi imaginada como ideal. Mas é muito importante buscar essa porcentagem.

Eu vou fazer esse levantamento, provocado pelo Vereador Goulart, sobre qual é o padrão percentual que nós temos diante do orçamento para o cumprimento do plano. Acho que o turismo também vai fazer isso. É difícil responder de bate pronto.

Eu acho fundamental a discussão sobre o equilíbrio. É importante falar, Vereador Donato, sobre uma ação contundente de reestruturação do modelo de gestão do Theatro Municipal. Acho que o equilíbrio orçamentário, inclusive, tem a ver com isso. Porque o que a gente vê, hoje em dia, sabendo que em todas as ações e questões relacionadas ao Municipal, a gente vai precisar, de uma forma bastante articulada, buscar um novo modelo de gestão do Theatro que mude o contrato atual que é regido por OSC, que regulamenta as organizações sociais, para um modelo de contrato de gestão mais robusto, que até podem ser utilizados alguns exemplos que nós temos no Governo do Estado, de controle direto da Secretaria, dessa aplicação de gestão com detalhamento de investimento.

Nesse detalhamento de investimento, há uma série de ações, acho que a Maria Emília vai poder falar daqui a pouco sobre a questão que a Soninha levantou, mas uma série de ações que a gente pode fazer para democratizar e ampliar o acesso, não só ao Theatro, mas também à circulação dos corpos artísticos pela Cidade.

Aliás, nós estamos fazendo um programa muito bacana. Está aí o pessoal do balé da Cidade, são os bailarinos e as bailarinas aqui presentes. São eles que estão fazendo o rolê, O Municipal no Rolê, que é a apresentação dos corpos artísticos em todas as regiões na Cidade, em equipamentos públicos culturais. Não só o balé, mas também a orquestra e o

quarteto de cordas estão fazendo isso. Há várias maneiras de nós equilibrarmos através de uma transversalidade de ações, propondo que esse orçamento seja usado nas pontas, usado para funções educacionais, usado para funções que vão além da função da apresentação específica ali.

Mas também acho que quando nós falamos em criticar ou refletir sobre o Theatro Municipal é só fazer algo no âmbito do campo erudito, nós estamos cometendo também uma generalização, uma vez que o Theatro Municipal é muito mais do que o campo erudito, é uma casa simbólica da potência da cultura da Cidade, o berço do multiculturalismo da Semana da 22 e, cada vez mais, tem abraçado multilinguagens e sendo um palco importante para múltiplas linguagens.

Acho muito importante que todos os movimentos tenham noção de que o Theatro Municipal pode ser ocupado, usado para valorização, visibilização de diversos projetos, como tem acontecido no cinema e no teatro. Precisamos avançar inclusive na percepção do papel do Theatro Municipal, que é multicultural, que tem de dialogar e estar aberto para a Cidade toda.
(Palmas)

Eu não sei de onde você tirou essa avaliação sobre percentual de execução, Vereador, a gente pode conversar depois sobre isso, com calma?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF - A gente pode conversar, mas eu pedi para pegar uma tabela de execução para os fomentos todos, da supervisão de fomento da Secretaria.

Então nós temos o Prêmio Zé Renato, 9ª edição, 4 milhões; 34ª edição de fomento ao teatro, 8 milhões; 26ª edição de fomento à dança, 3 milhões; 27ª edição de fomento à dança, 6 milhões; 4ª edição do circo, 2 milhões; 3ª edição de apoio às rádios comunitárias, 1,5 milhão; 3ª edição de fomento ao Reggae, 700 mil; 16ª edição do Programa VAI 1 e VAI 2, 8 milhões, 441 mil e 884; 4ª edição do fomento à cultura da periferia, 10 milhões - que, aliás, foi ampliada; 1º Prêmio de Ponte de Cultura, 900 mil; Prêmio Zé Renato, 10ª edição, 4 milhões; 3ª edição do Festival do Circo, 1 milhão, 240 mil, 580 reais e 75 centavos; editais de apoio ao

audiovisual, 27 milhões, via SP Cine; 1º edital de digitalização do acervo do fomento, 150 mil; valor dos editais lançados, 76 milhões, 972 mil e 464; publicação sobre Programa do Fomento ao Teatro, 150 mil; publicação sobre o Programa Cultura Viva Municipal, 122 mil; valor dos editais a serem lançados, 272 mil - valor total 77 milhões, 244 mil, 464 reais e 76 centavos, que serão executados em 2019. Viu, Vereador.

O SR. ANTONIO DONATO – É, serão. Isso.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF - Serão.

O SR. ANTONIO DONATO – É que o comparativo aqui da Secretaria é até outubro.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF - Sim.

O SR. ANTONIO DONATO – Então se serão, ótimo. Mas até o momento ainda não foram.

O SR. ALEXANDRE YOUSSEF - É o comparativo até outubro. E o compromisso é que serão. E vai acontecer isso.

Quero também dizer que para o Vereador Atílio que seria maravilhoso realmente a gente minimizar a burocracia. Eu creio que a gente vive sensação ao entrar, alguém falou aí de assumir esse rojão, de fato, é uma sensação de fazer tudo ao mesmo tempo agora, diante de tantos passivos, de tantos problemas. Necessidade de reconexão da Secretaria, muitas tretas, muitas bolas divididas.

A gente sabe que os problemas que nós enfrentamos com as diversas linguagens, eu conheço todos aqui, recebi ou estive presente em diversas conversas. Vereador, realmente, eu acho que nós teremos mais fôlego para aprimorar processos internos, a partir do ano que vem, e acho que a gente precisa buscar canais permanentes de diálogo para que a gente não transforme o encontro sobre o orçamento numa ação que repetidamente acontece, como várias pessoas listaram e falaram aqui: “estamos aqui de novo”, “mais uma vez”, etc. foi isso que eu falei no começo.

Eu realmente creio que a gente precisa dar uns passos qualitativos relacionados a como a gente faz a política cultural. Eu entendo a demanda, os anseios, a necessidade de

todos os movimentos aqui presentes. Acho fundamental a gente ter esse olhar e escuta aguçada, ativa. Acho fundamental a discussão de ampliação do orçamento, mas acho que a gente tem de ir além, realmente tem de ir além enquanto setor.

Enquanto a gente pode vivenciar o momento do antagonismo da sociedade civil, governo, discussão orçamentária, Câmara, mediadores buscando as melhores construções, a gente também pode, na paralela - sem deixar de lado essa ação e essa discussão - buscar outras formas de diálogo que coloquem a cultura num lugar central dos governos, sejam eles de que partidos forem, sejam eles de que orientações forem - dos governos - para que isso não se repita sempre, como foi dito aqui.

Acho que é um passo importante, nós vamos para a segunda etapa de rodada agora, então vamos continuar à disposição aqui.

Queria pedir para a minha equipe já iniciar esses processos que solicitei, especialmente o comparativo do que temos feito e que está no Plano Municipal de Cultura, que acho vamos ter boas surpresas relacionadas a isso.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário.

Fui informado pela nossa secretaria que, às 19h, tem outra audiência pública prevista para este local. Temos 01h40min de debate ainda. Peço para que as pessoas sejam mais breves em seus comentários sempre que possível, para que não saiam daqui sem a informação e a resposta.

A Sra. Maria Emília, por favor.

A SRA. MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS - Respondendo a sua pergunta, Vereadora, o programa para escolas públicas são realizações de concertos, dança, ópera. Há um musical que é o contato das crianças diretamente com o músico e o instrumento. A previsão é de ser feita em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, portanto, o deslocamento do ônibus é feito pela Secretaria de Educação.

Em relação ao Vereador Donato, eu acho oportuna a colocação sobre captação de recursos. Quando enviamos o orçamento, colocamos na rubrica de captação de recursos de 1

milhão, e ele voltou da Fazenda com zero. Eu acho oportuno que, pelo menos, volte. Tenho que dizer que a captação de recursos não é só para óperas, inclusive, também, para as escolas, porque 60% das escolas é formada por estudantes da rede pública, e, com a direção do Hugo Possolo, abriu muito mais para outras linguagens, além das linguagens tradicionais, como o próprio Secretário já falou. Então, é oportuna a sua fala sobre captação de recursos.

O SR. ANTONIO DONATO – Então, a gente tem que colocar de volta 1 milhão. Dá para ir atrás?

A SRA. MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS – A gente corre atrás ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria Emília.

Quero passar a palavra ao Sr. Junior Fagotti.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Bom, eu vou responder ao Cordeiro, pela SPTuris, e ao Vereador Donato, na mesma questão, porque as questões são parecidas. A Prefeitura é a maior acionista da SPTuris que é uma empresa de capital aberto. Ela é pública porque a Prefeitura é a maior acionista; a Prefeitura fez opção por vender essas ações, que foram avaliadas; nessa avaliação chegou-se ao montante de 800 milhões de reais; depois de cálculos e estudos pela Secretaria de Desestatização, ela foi à venda por 1 bilhão de reais. O TCM entendeu que esse valor estava abaixo do valor do entendimento do TCM, o qual sugeriu que a gente fizesse a venda por 1 bilhão, 450 milhões. Esse edital foi para a rua e não teve sucesso. Estão agora discutindo voltar à venda com um valor abaixo – isso está em discussão na Secretaria de Desestatização junto com o TCM – paralelo a isso, a Prefeitura apresentou, na semana passada, um Projeto de Lei da reestruturação da Administração indireta, que inclui a SPTuris, no qual é proposto o encerramento da empresa e, ai, sim, a Prefeitura incorporar todo ativo e passivo da empresa, depois, teria alocação dos funcionários que lá estão e a posterior venda do terreno e, também, salvo engano – confesso que o PL é proposto pela Secretaria de Desestatização -, a concessão do Sambódromo e a venda do terreno – não sei precisar se isso está no projeto de lei. Mas, sobre a SPTuris é isso. A Prefeitura é uma acionista, então, a

manutenção do ativo da empresa cabe à própria empresa.

Com relação ao Vereador Rodrigo, que fez um comparativo entre orçamento versus o plano de turismo: o plano de turismo que vem, ao longo dos tempos sendo comparado é muito de diagnóstico com pouco plano de ação. Esse debate público que a gente fez através da I Conferência Municipal de Turismo, proporcionou um plano de ação imediato, é o que a lei manda, de dois anos; e a gente projetou ações até 2030. Portanto, eu não tenho como precisar a porcentagem do orçamento de 2020 atende dentro do plano, mas vamos fazer esse exercício também, e, posteriormente, a gente passa para a Comissão de Turismo, Lazer e Gastronomia.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Secretário.

O Sr. Osvaldo Arvate quer fazer alguma consideração?

O SR. OSVALDO ARVATE JUNIOR – Não, o Secretário já disse tudo a respeito da SPTuris.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado.

Então, passo a palavra ao Sr. Vicente, da Secretaria da Fazenda que quer fazer um breve comentário.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO - Boa tarde a todos, obrigado pela presença. Quero cumprimentar os membros da Mesa.

Só um breve apontamento, com relação ao comentário feito pelo Vereador Donato.

É costumeira a presença do Coordenador de Orçamento nas audiências temáticas da Câmara. Isso já é realizado desde 2016. É claro que não é porque é algo costumeiro que não pode ser alterado. Havendo o interesse, o desejo ou entendimento de que é interessante que o Secretário da Fazenda esteja presente pessoalmente em todas as audiências temáticas, isso, com certeza, pode ser conversado também.

É interessante apenas que a gente tenha em vista o cronograma utilizado das audiências. A Secretaria da Fazenda participa de todas as audiências, tanto a pública geral quanto a temática, como também está participando dessas inovações feitas pela Câmara de

audiências nas Prefeituras Regionais. Então, é claro que, havendo a necessidade de que apenas uma pessoa participe de todas, só para que este cronograma de audiências seja levado em conta, dentro desse novo parâmetro.

É só isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Vicente.

Vamos retomar a palavra á sociedade civil. O próximo inscrito para falar é o Sr. Ivan Ferreira, do Fórum do Reggae. Em seguida, o Sr. Diogo Davi, também do Fórum do Reggae.

O SR. IVAN FERREIRA – Boa tarde, todo povo da cultura. Eu queria saber do auditório se alguém aqui é funcionário publico concursado, por favor, levante a mão. Eu também sou. Sou da Educação Infantil. Então, a gente sabe muito bem que já teve 3% do nosso salário roubado por muitos dos parlamentares, inclusive, Bispo Atílio, eu respeito a sua fala falando que “nós estamos juntos”, mas você votou a favor para tirar 3% do meu salário; o rapaz que saiu também votou a favor e a Soninha também votou a favor.

Então, aqui nesta mesa, quem foi a favor dos funcionários públicos foram o Alessandro Guedes e Donato, enquanto parlamentares. Isso tem que ser pontuado, porque, no discurso, a gente pode estar todo mundo junto, família, mas o que conta é na prática, no dia a dia, no chão. (Palmas)

Então, eu venho aqui relembrar, como muitos já falaram, que o orçamento da cultura já teve mais de 500 milhões, e a gente fez muitas audiências públicas desde 2016, e o Fórum do Reggae não tinha nem rubrica.

Então, hoje a gente esta vendo que o orçamento apresentado pela Secretaria de Cultura, pelo Executivo, na pessoa do Alê Youssef, que a gente teve um corte de metade do orçamento para reggae. Então, não está aumentando não, a rubrica do ano passado era de 1 milhão, 309 mil, a rubrica deste ano, como ele acabou de citar, está em 700 mil. Gente isso é a metade. Lembrando que, em 2016, a gente já pedia 2 milhões.

A gente tem o maior respeito pelo pessoal do forró e do samba, que pediram 5 milhões cada, mas nós continuamos falando em 3 milhões, mas sabemos que não chegamos

nem a metade do que a gente pede há três anos.

Então, que queria fazer um exercício de cálculo, família, vamos pegar aquele cartaz que o Secretário usou como exemplo: 3% da cultura. Se temos 68 bilhões orçados para o Município, no ano que vem, fazendo uma conta rápida, seriam 2 bilhões e 40 milhões de reais para a cultura.

Acredito que ninguém aqui, independente de ser de direita ou de esquerda, seria contrário se está defendendo o campo da cultura.

Se é do movimento cultural das periferias, como a gente já vem somando desde o início, o Fórum do Reggae, seria 1,5% para a cultura. Então, a gente está falando de 1 bilhão e 20 milhões para a cultura. A gente está falando que o nosso ideal é mais do que o dobro do que eles estão oferecendo de migalha para a cultura no ano que vem. É disso que a gente está falando, pessoal, de política estruturante.

A gente não está querendo migalha, a gente está aqui reivindicando o que é nosso por direito. A gente está tendo o salário recolhido na fonte e não está tendo retorno enquanto Muniçipe na cidade, seja na educação, seja na cultura.

Para concluir, a gente do Reggae já está com um PL tramitando que é o PL 478/2019, eu peço o apoio na divulgação de todas as linguagens e todas as pessoas que são envolvidas com a cultura no Município, que é a Lei de Fomento do Reggae, PL 478/2019, de autoria do Vereador Alfredinho, mas tem muitas coautorias, inclusive, da Vereadora Soninha Francine, a quem agradeço.

Política é isso, não é, Alessandro Guedes, porque você não cortou o nosso salário, mas, às vezes, a gente pode estar contrário; no caso a Soninha, a gente está contrário porque cortou o nosso salário de servidor municipal, mas no reggae está ajudando; se não é a política, galera, é guerra; e a Bolívia está mostrando o que vai acontecer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. O Sr. Diego Davi.

O SR. DIEGO DAVI – Boa tarde, eu sou Diego. Queria começar corroborando meus companheiros da cultura, pelos 518 para o ano que vem, é o mínimo e não chega a 1%

ainda.

Se a gente enxerga a cultura como um processo de transformação social do ser humano, não é possível que a fique aceitando que abaixem o orçamento da cultura. Acho que todos estão ouvindo, e é interessante a gente isso em mente para, a cada ano, aumentar porque a gente sabe que a cada ano, desvaloriza o nosso dinheiro. Então, se a gente está diminuindo o orçamento, está andando para trás; não está entendendo, de fato, que tem que lutar contra esse pensamento ideológico que quer censura etc. então, vamos avançar.

Eu queria dizer, também, que acho que é muito importante a execução do fomento à Música, que este ano não foi; da aprovação da lei da Cidade da Música (Palmas), porque a gente entende que está vivendo um *slogan* de Cidade da Cultura, mas não está usando todas as ferramentas que a gente tem. E acredito que São Paulo tem como ser, também, a Cidade da Música.

Então, mesmo trazendo esses artistas de grande expressão, dos quais a Cidade precisa, acho, também, que tem que ser executado um fomento à música.

Agora, falando da minha linguagem específica que é o reggae, eu acho que foi desrespeitoso diminuírem a nossa rubrica que, no ano passado, foi de 1.300 mil passar para 700 mil, o Secretário não pode comparecer a nenhuma das reuniões que a gente convocou, a gente entende a agenda dele, conturbada, mas, de uma certa forma, agradece também que, neste ano de 2019, ele teve um olhar específico para a linguagem e executou 70% da rubrica de 1.300. Muito obrigado, a gente agradece e pede que possa aumentar, no mínimo, para os mesmos 1.300, que possam continuar, tendo o fomento do reggae no ano que vem, como ele citou, parte dos fomentos que foram executados pela Secretaria e o Dia Municipal do Reggae, o mínimo que a gente pede, e se possível a gente chegar nesse teto, pelo qual a gente briga desde 2016, que são os 3 milhões.

Eu queria agradecer ao Vander, por toda assistência que ele deu, para executarmos o Dia Municipal.

Para fechar, pela execução do plano municipal de cultura. Valeu! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Diego Davi.

O próximo inscrito é o Sr. Marcos Vilalba do Fórum do Reggae; em seguida, a Sra. Angelina Gauna, funcionária da SPTuris.

O SR. MARCOS VILALBA – Boa noite a todos. Meu nome é Marcos Vilalba, mais conhecido como Marcão VNB. Eu sou compositor, líder da Banda Verdades Não Ditas, que trago aqui no braço empunhada, a minha banda de coração e, hoje, faço parte, também, da Banda Planta no Pé, que é da Família do Reggae.

Eu queria agradecer, de imediato, eu não conheço muito da força política - eu tenho 50 anos, tenho dois netos -, mas eu conheço a força da honra. Eu sou de Itaquera, Guaianases, de honra, eu posso dizer para vocês – não é puxando o saco porque eu nunca precisei, porque eu sou voz na minha quebrada na zona Leste, hoje, nós temos 19 comunidades, favelas, com mais de 11.345 inscritos na Alianças da Leste Cultura, onde sou Presidente, então, de honra posso falar a vocês e posso falar que ajudei a colocar aqui dentro Alessandro Guedes, porque é um cara honrada, Favela do Pacarana, Favela do Caititu; é um cara que conheço de rua, de moleque, conheço mais o primo dele o Marcão, que nós corremos de carrinho de rolimã, brincamos de taco na rua, empinamos pipas juntos, então, que política abençoe a vida de vocês e que consigam fazer da melhor maneira pelo povo brasileiro, pelo povo de todas as comunidades, você, Alessandro Guedes é um cara do qual tenho orgulho de ter ajudado a colocar aqui dentro, eu só assino para quem é merecedor.

Hoje, com essa força que eu tenho com a Alianças da Leste, a minha banda já fez abertura para o Dudu Nobre, para o Pixote, para o Arte Popular, já fizemos Vitor Kley e um monte de artistas, nós ganhamos 4 mil de cachê, e os caras ganham 70, 80, 100, 200 mil. Eles merecerem. Eles são artistas e estão lá.

Mas eu conheço de favela, conheço de honra e de quebrada. Vejo o Marcão VND e o Marcão Alianças da Leste é voz na zona Leste: Alianças da Leste, Verdades Não Ditas e, hoje, Família Fórum do Reggae.

Perdo-me, Alê, não conheço muito esse lance de dinheiro, de verba, irmão. Minha

mulher é aposentada do Estado e da Prefeitura. Eu tenho uma casa boa, graças a Deus e não preciso de dinheiro de emenda pública, de nada, graças a Deus, tenho uma vida razoável, mas eu brigo, hoje, Alessandro - faz tempo que não te vejo, você é o Vereador, mas é meu amigo -, a música me tirou de uma condição adversa.

Então, por favor, você e os seus façam alguma coisa pela arte – a Soninha, já tive o prazer, ela não se lembra de mim. Não entendo de dinheiro, mas façam alguma coisa pela arte. Nós temos tirado muito. Esses dias, um colocou a arma em cima no evento e falou “tô aqui, meu irmão, e você tocou no meu coração, com suas palavras”.

Pela cultura, pelas crianças, pelos idosos, pelas mulheres, pela natureza, Alessandro, faça alguma coisa, você junto com os seus, tá bom, meu querido. Deus abençoe a sua vida, Alessandro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Marcos.

A próxima inscrita é a Sra. Angelina Gauna, funcionária da SPTuris; e, em seguida, o Sr. Murilo Muhad.

A SRA. ANGELINA GAUNA – Boa tarde a todos, Mesa, todos os presentes e aqueles que estão nos vendo remotamente.

Eu vim aqui, como funcionária da São Paulo Turismo, esclarecer alguns pontos do orçamento no que diz respeito ao que foi previsto para a empresa. É o primeiro ano que ela figura como empresa dependente do Município. Devido às ações que a gestão tem tomado nos últimos quatro anos, nós chegamos a uma situação de penúria. A São Paulo Turismo está numa situação bem complicada e com déficit.

Ela arrecadava até quatro anos atrás uma média de 250 milhões de receita e era autossuficiente. A empresa era próspera e poderia continuar assim, fomentando o turismo e dando todo o suporte necessário para a Cidade como São Paulo, porém, devido às decisões voltadas à privatização, ela foi sucateada, e, hoje, não produz mais essa receita.

Então, está previsto no orçamento atual 217 milhões. Só que é muito importante, é fundamental que seja destacado que desses 217 milhões, 193 milhões vem de uma receita que

a própria São Paulo Turismo vai gerar. Portanto, o que a Prefeitura fará de subvenção econômica – agora, que é dependente – são 23 milhões e não, 217 milhões, como faz parecer na peça orçamentária. Eu ainda gostaria de apontar que a receita própria prevista poderia ser superior, caso a Gestão tivesse interesse.

Agora seguem alguns pontos para que reflitam e legislem. O déficit de 23 milhões ocorre devido às ações tomadas no sentido de não haver investimento nos últimos anos, e não havendo investimento o espaço se deteriorou e as feiras foram embora. Então um mínimo de investimento traria de volta as grandes feiras, o que faria voltar a dar sustentabilidade a São Paulo Turismo. O único investimento previsto, nos últimos anos, foi do PAC que também perdemos devido o projeto de privatização.

Quero citar alguns exemplos, atitudes que trouxeram essa inviabilidade econômico-financeira. O evento Campus Party, que trazia cerca de 1,5 milhão por ano foi levado para outro espaço pela própria Prefeitura. A Fórmula 1, que gerava receita aproximada de 6 milhões por ano para a SPTuris e foi transferida em 2018. Então em 2018/2019 deixamos de ter essa receita, e todas as demais receitas do Autódromo foram transferidas para a SP Obras. No entanto, as despesas que a São Paulo Turismo continua tendo, desde 2018, não foram ressarcidas.

Enfim, secretarias fazem eventos arcados pela São Paulo Turismo, os espaços ficam disponibilizados sem geração de receita como, por exemplo, o noticiado evento do skate que ocorreu no Pavilhão usou o espaço por cerca de 20 dias, e poderia significar uma receita de aproximadamente seis milhões.

Então, resumindo, o que a gente pede, peço aos senhores que levem em consideração que desses 217 milhões, o que a São Paulo Turismo produz de receita são 193.

Faço então uma pergunta aos senhores: quanto a Prefeitura gastaria com as estruturas de suporte aos eventos sem a São Paulo Turismo? Vai ficar muito mais caro.

Gostaria que os senhores pensassem e valorizassem a expertise e a estrutura que já existe e que hoje está deteriorada, por opção.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado Sra. Angelina Gauna. O próximo é o Sr. Murilo, do Movimento da Música de São Paulo.

O SR. MURILO - Boa a todas, a todos. Cumprimento todos da Mesa. Quero começar a partir das palavras do Vereador Antônio Donato, que nos lembrou do que aconteceu ontem, um dia trágico na Bolívia, que a gente sempre que estiver em um espaço político, é importante ter consciência do que está acontecendo em nosso País, ao nosso redor.

Falar sobre a Cultura é parte fundamental porque ela é mecanismo fundamental de enfrentamento ao autoritarismo, de enfrentamento a um projeto profascista que está em franco crescimento não só no Brasil, mas ao redor do mundo.

O próprio Secretário Alê Youssef falou sobre a questão do Governo Federal, que está um caos os casos de censura e é verdade. A Cultura está claramente sob ataque, mas é importante lembrar que os ataques à Cultura ocorrem não só a partir do bloqueio ao acesso às obras culturais, não é só você fechando uma exposição, acabando com um show ou interrompendo um show, mas é quando estão dominando as políticas culturais.

Então o que está acontecendo não só no Governo Federal vem acontecendo, por exemplo, no Estado de São Paulo que há 10 anos - mesmo com o crescimento no seu Orçamento – a Cultura vai tendo participação cada vez menor. Então é mesmo um projeto. O Governo Federal agora vem com uma coisa que é mais óbvia, mais evidente, e fica mais fácil de ser criticado. Mas a questão é de como a Cultura é tratada, e não é só no Governo Federal que há problemas. Isso faz com que às vezes dispensemos muito esforço, muito dinheiro, muita verba em algumas ações como acontece aqui em São Paulo. Há grandes eventos, por exemplo, que tem o seu lugar, tem o seu papel, mas você não dá voz às culturas indígenas, como foi falado, e às culturas das periferias, o que é também uma forma de censura. Então a estrutura da Cultura precisa estar presente para que todos possam ter acesso à Cultura de diferentes formas.

Falando especificamente de música, eu sou do movimento da Música de São

Paulo, e nos preocupa a fala de que a música está presente em outros editais, em outras formas de fomento, e não falam de um edital, de uma forma de fomento próprio para a música. Então nós, do movimento da música solicitamos uma reunião - de preferência ainda este ano - para que o movimento possa ser ouvido e para que possamos demonstrar a importância de ter um edital específico para a música. Em especial à aprovação - peço aos Vereadores que ainda não conhecem que o conheçam - do Projeto de lei 376/16, da lei SP Cidade da Música, que é fundamental para o setor musical.

Então eu relembro, é muito importante, quando o Secretário fala sobre a importância de enfrentarmos esses casos de censura que estão acontecendo no País, a própria iniciativa do Verão Sem Censura é louvável, nós devemos aplaudir. Mas temos de pensar de outro lado, investir em políticas culturais estruturantes que são fundamentais não só para o setor cultural, não só para a população que tem direito a Cultura, direito fundamental, mas também para que a própria democracia possa ser preservada. Investir em Cultura e pensar em mecanismo de Cultura é um compromisso com a própria democracia num momento como o atual. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Comunico a todos que quarta-feira que vem, no Auditório Oscar Pedroso Horta, às 10h, haverá reunião da subcomissão de Cultura.

Próximo inscrito, Sr. Marcos Abraão, da Associação dos Sambistas e Comunidades.

O SR. MARCOS ABRAÃO - Boa tarde a todos e a todas; boa tarde à Mesa. Sou conhecido como Marquinho, já que sou produtor musical e sou professor de música. Estou aqui representando os sambistas Independentes de São Paulo e as comunidades do samba. Na verdade, o samba em nosso País nos dá identidade. O mundo inteiro conhece o Brasil como o País do Samba. Acho que o único que não se reconhece como país do samba é o nosso Brasil.

Nós já temos nesta Casa dois projetos aprovados. Um se chama: Estatuto do

Samba; e o outro é chamado de PL das Comunidades. Faz sete anos que um dos projetos foi aprovado pelo então Vereador Alfredinho; e outro pelo então Vereador Ari Friedenbach. Mas nunca se deu uma rubrica orçamentária para o samba, não temos nada, absolutamente nada para o samba.

Gostaria de fazer uma provocação aos senhores, aos Vereadores, que os projetos de lei sejam cumpridos. Não adianta a gente vir como sociedade LG e, vocês parlamentares construïrem leis e as leis não serem cumpridas. Não tem função o parlamentar se nós, enquanto sociedade civil, que ajudamos a construir projeto de lei não termos nenhum retorno. A política não está funcionando, tem alguma coisa errada.

Eu gostaria de agradecer também ao Secretário Alê que tem se aproximado do contexto das comunidades do samba, que nos reconheceu, assim como a SPTuris, têm o nosso mapa. Nós fizemos o mapeamento das comunidades do samba, nós existimos, temos mais de 20 anos e não houve nenhuma atenção do Estado com a gente.

Então com todo respeito a todos os segmentos, inclusive meus cumprimentos ao rapaz da comunidade indígena quando falou que sabe muito bem o que é ser invisível, e eu respeito. Nós também estamos na invisibilidade, apesar de darmos identidade a este País. Um País que o mundo inteiro reconhece como o país do samba, apenas o Brasil não se reconhece.

Então gostaria primeiramente que as leis que existem nesta Casa que sejam implementadas, assim como a do forró, que já teve o seu projeto aprovado, mas a lei não é implementada. Tem alguma coisa errada, não está funcionando.

Os nossos colegas aqui discorreram de forma fantástica de onde tirar dinheiro, como fazer, apontando às possibilidades. Eu gostaria que vocês anotassem o que o pessoal falou. Eles falam das coisas com muita propriedade, dos recursos que temos e de onde tirar, como fazer e apontando possibilidades. O que falta, eu acho, é aproximação e não somente neste momento da audiência pública, mas atrair mais pessoas que já estão organizadas, estamos trazendo pronto para vocês. Os coletivos estão organizados: do rap, do hip hop, do reggae, do samba. Aproximem mais as pessoas e assim possamos construir de modo melhor.

A impressão que nós temos, pela fala do rapaz que está vindo a não sei quantos anos aqui - eu venho do ano de 2013 para cá - é que ele está cansado de vir aqui, que está patinando no gelo, não chega a lugar nenhum. Não quero isso para mim, e ele deve ter mais idade do que eu. Quero construir de forma afirmativa, tem de ser feita uma política pública, e se ela já existe tem que ser feita. Não é possível isso! Se a política existe, ela já está feita, por que não é implementada? Demora 10 anos para implementar uma política?

Era só isso, muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O próximo inscrito é o Sr. Raimundo Pedro Gonçalves Filho, representante dos empregados da SPTurismo.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO - Boa noite a todos e a todas. Eu sou do Conselho de Representação dos Empregados da São Paulo Turismo. Estou aqui representando 350 pais e mães de famílias, todos concursados.

A respeito desse projeto de lei específico da SPTuris, como os colegas disseram, existe uma grande diferença no valor que o Município vai investir na SPTuris que, na verdade, é um valor de apenas 23 milhões, e os 217 milhões. Então esses números – quero dizer claramente, deixar registrado – não estão corretos. O valor que a municipalidade vai investir em 2020 na maior empresa do Município, uma empresa que produz Cultura, traz Cultura para a sociedade, ela não pode ficar sendo tratada dessa forma. Eu peço a retificação desse projeto de lei, que passe a constar os 23 milhões e não os 217 milhões de reais.

Quero também deixar registrado, mais uma vez, como a colega disse: apenas cinco feiras no Pavilhão, a empresa passaria de deficitária à superavitária. Então não podemos brincar com dinheiro público.

Peço ao Vereador Alessandro - que é da Comissão do Orçamento da Câmara Municipal – que solicite do Executivo a retificação desse projeto de lei. A sociedade, os municípios tem o dever de saber a verdade. Eu não quero me prender muito aos números até porque os colegas do Anhembi já trouxeram para vocês, quero falar um pouco das pessoas, dos seres humanos da empresa.

Na empresa São Paulo Turismo temos hoje em seu quadro 350 funcionários concursados, todos os funcionários extremamente capacitados e sendo tratados como um bando, como entulho pelo Município da cidade de São Paulo. Eu, como representante, não posso chegar aqui e não fazer esta fala. Eu sei que o projeto de lei que está sendo debatido está no processo do Orçamento, mas eu acho que o Município não pode virar as costas para esses 350 funcionários. Recentemente, na semana passada, foi protocolado projeto de lei que fala da extinção dessa empresa. Quer dizer, estamos trabalhando com dois projetos tratando do Anhembi, um que dá previsão de Orçamento para 2020, falando do futuro; e outro que trata da extinção, do término da empresa. Eu não consigo entender o que o Município quer. O Município quer que a empresa continue atuando ou quer que a empresa seja extinta? Acho que o Município tem de se pronunciar.

Pessoal, eu quero aqui, mais uma vez, fazer referência aos funcionários que tiveram de ficar na empresa porque não poderiam abandonar a empresa, a empresa tem ainda trabalhos que devem ser feitos, e Município nos trata como entulho. Não dá para sermos tratados dessa forma.

O Júnior disse que há, que existe esse projeto de reestruturação das empresas públicas e a SPTuris foi arrolada no processo, e tem projeto de lei que fala que ela vai ser extinta, mas não há segurança para o trabalhador que é concursado. Tem uma cláusula que diz assim, Júnior: “o empregado público poderá ser absorvido...” Poderá! Existe uma grande diferença com a palavra deverá. Então se realmente o Executivo quer aproveitar esses trabalhadores, esses 350 pais e mães de família, que faça a retificação nesse projeto de lei . Esse verbo está errado. Existe uma grande diferença entre poderá e deverá.

É isso que peço, e agradeço a presença de todos vocês.

Obrigado.

- Assume a presidência a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. O próximo inscrito é Alexandre Lorenzon, do Fórum do Forró; e depois a Sra. Fatel Barbosa.

O SR. ALEXANDRE LORENZON – Olá, tudo bem? Eu sou um turista aqui, mas um turista cultural. Vinha aqui para estudar o forró. Eu adoro essa Cultura, essa diversidade.

Nesta plateia têm pessoas de várias tribos, tem hip hop, tem reggae, tem samba, o que é muito agregador. Acho que a Cultura merece: deixei um dia que teria livre para vir aqui porque é importante valorizarmos a Cultura.

São Paulo é uma metrópole, é uma megalópole, une o passado e o presente. Veja bem, em São Paulo eu comprei este relógio e também comprei esse negócio feito artesanalmente. Então é aqui que encontramos coisas que vão lá na frente e vão lá no passado. No momento que nós esquecemos o passado - e a Cultura é o passado - vamos esquecer da nossa identidade.

Então usamos toda tecnologia, temos de pensar com o cérebro, temos de pensar com o coração, temos de pensar com inspiração e com a razão. Estamos nos esquecendo da inspiração. No momento em que nós gastamos muito pouco com Cultura - e nós não estamos falando de valor, não quero que a gente discuta valor, estamos discutindo o valor que se dá pela coisa e não: ah, estou gastando um milhão, dois milhões - isso não importa, estamos falando de porcentagem, estamos competindo numa estrada, mas não estamos competindo entre a gente.

Estamos competindo, às vezes, porque todo trabalhador – e vou citar o forró, do grupo que eu conheço - é um autônomo. Já está no modelo neoliberal, e o neoliberal prevê que não, não precisa mais carteira, são subempregados. Temos muito subempregados nesse ramo, são pessoas com muito mais capacidade do que muitas pessoas que estão aí, que se dizem excelentes profissionais, mas os profissionais da Cultura são muito mais do que isso. Eles têm habilidades, são da música, da Cultura, da dança, da escrita. Eu mesmo tenho na minha cabeceira aqueles livrinhos de cordel. Como é bom ler os cordéis, como é bom saber que ele é brasileiro, que ele não é do estrangeiro.

Olha só, a Cultura do forró - falando da área da onde eu venho -, ela é rica, ela acolhe, ela é raiz. E hoje devo muito a ela, a Cidade, devo a pessoa que eu sou. Uma cidade

rica, próspera, mas modelo que não valorize os seus movimentos culturais, não vai ter futuro, vai ser o passado.

Obrigado! (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Alexandre. O próximo inscrito é a Sra. Fatel Barbosa, Coletivo Pintando O Sete. Em seguida, Sra. Ellen Rio Branco.

A SRA. FATEL BARBOSA – Boa tarde a todos, a todas. Estou representando, além do nosso coletivo Pintando o Sete, também o Fórum do Forró, que tem dado muita orientação, voz, tem aberto espaço para essa discussão tão importante.

É muito bom estarmos aqui nesta Casa, nós pagamos para que ela exista, pagamos o salário de todos desta Casa. Então é importante que estejamos aqui falando para que, de alguma forma, esse dinheiro que a gente paga nesta cidade seja voltado para nós, que somos operários nesta cidade, operários da cultura popular. Eu sou cantora, trabalho com forró há mais de 40 anos, moro em São Paulo há 30 anos, sou mineira e tenho muito orgulho de participar da boa cultura nordestina, que é a cultura tradicional, a cultura de raiz.

Eu canto forró de raiz, sempre trabalhei o forró de raiz, meus ídolos são os ídolos de todos, porque é como o rapaz aqui acabou de falar muito bem, a história que é a cultura. Então, eu sou da cultura tradicional e o meu maior ídolo foi e é Luiz Gonzaga.

Então, estou aqui representando esse coletivo, quero saudar todos os outros coletivos presentes também, acho que todo mundo foi muito feliz na fala, porque é fundamental que todos nós cobremos um pouco dessa devolução do dinheiro que a gente paga, do dinheiro que a gente investe nesta cidade.

E uma coisa fundamental, qual é a ferramenta principal do nosso trabalho, gente? É a alegria, é ou não é? É a nossa alegria que faz com que outras pessoas fiquem mais felizes, outras pessoas adoecem menos, porque está provado que a cultura, a música, o teatro, o cinema, o cordel, o repente, aqui muito bem representado hoje por dois grandes repentistas: Orlando Dias, cearense e Tico Caetano, paraibano, que vivem nesta cidade também há anos,

pagam seus impostos nesta cidade; Luiz Wilson, da Rádio Imprensa, que está há 12 anos numa rádio de ponta, batalhando que nem louco todos os dias atrás de patrocínio para pagar uma rádio grande, para tocar o quê? Cultura, forró pé de serra.

Então, é importante, vou encerrar já, só para dizer rapidamente o seguinte: tivemos três reuniões com a Secretaria de Cultura neste ano e a última, inclusive a mais recente, foi dia 22/08, solicitada pelo Vereador Alfredinho. Estivemos, inclusive, com o Secretário e dessas reuniões não tivemos devolutiva nenhuma. Ficamos sabendo agora que haverá o 13 de dezembro, Dia Nacional do Forró. Não fomos chamados, disseram que haveria um chamamento para todos os coletivos e o nosso coletivo não foi chamado. Então, eu gostaria de saber por que continua só alguns coletivos participando desse movimento todo da cultura na nossa Secretaria, por favor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Fatel Barbosa, do Coletivo Pintando o Sete. Agora, a Sra. Ellen Rio Branco, do Fórum de Cultura da Zona Leste. Em seguida, o Sr. José Geraldo, do Projeto Espalha Brasa.

A SRA. ELLEN RIO BRANCO – Boa tarde a todas e a todos. Eu sou a Ellen, do Fórum de Cultura da Zona Leste, sou da Cidade Tiradentes.

Venho trazer aqui o centro de formação cultural, que existe lá em Cidade Tiradentes desde 2012. É um centro de formação cultural, o território é fruto das lutas populares, assim como tudo o que acontece em Cidade Tiradentes. Fruto de muita luta e de muita resistência daquele povo majoritariamente preto.

Nos últimos três anos esse centro de formação vem sendo sucateado. Na verdade, ele nunca teve uma dotação orçamentária própria. Então, todo ano a gente tem que vir aqui para reivindicar o orçamento para o espaço.

Venho dizer também do comprometimento da Secretaria de Cultura com o povo de Cidade Tiradentes. Então, eu queria colocar aqui que essa secretaria precisa se comprometer com aquele espaço, único centro de formação da cidade de São Paulo, dentro de um território,

onde a sua população é de 400 mil habitantes. O André Sturm, na sua primeira visita ao centro de formação, disse que não precisaria ter curso de cultura, oficinas de cultura, cursos técnicos, porque na verdade não precisa do curso, se no final, esse jovem vai ser pintor, ela vai ser faxineira. Então, esse é o pensamento da cultura naquele espaço.

Eu queria, na figura do Secretário, reverter esse pensamento e que ele possa se comprometer com aquele território, com aquela população que historicamente foi invisibilizada pela cidade e dizer que aquele centro de formação precisa existir.

Saiu o mapa da desigualdade e mais uma vez Cidade Tiradentes vem encabeçando todas as desigualdades da Cidade. Então, acho que o compromisso da Secretaria de Cultura é reverter isso e acho que perpassa pela efetivação daquele espaço. Que vocês possam pensar numa dotação orçamentária para que aquele centro de formação possa de fato existir, porque o Estado nunca se apresentou 100% em Cidade Tiradentes, a não ser pelos braços da Polícia Militar, que vem aí com o seu genocídio eliminando a nossa população jovem e preta do território.

Então, eu queria aqui pedir o comprometimento dessa secretaria com a Cidade Tiradentes e com a cultura daquele território.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Ellen. Próximo inscrito Sr. José Geraldo, do Projeto Espalha Brasa. Em seguida, será o Sr. Cristiano Gueleri.

O SR. JOSÉ GERALDO – Boa noite a todos. Boa noite, Mesa. É um prazer sempre estar aqui falando nesta Casa em prol do nosso querido e amado forró. Vários parceiros já passaram aqui, vários companheiros de luta, e é sempre bom falar, mas às vezes, como já falaram alguns, a gente se torna repetitivo. Não era para a gente estar falando o óbvio, mas sabemos o quanto a cultura é importante para o nosso Município, inclusive o *slogan* usado recentemente pela gestão do Alê é São Paulo, Capital da Cultura.

Falando do nosso forró, ano passado tivemos uma rubrica de 800 mil reais, que até o Polo Norte descongela, mas a nossa rubrica não descongelou. Então, quer dizer, um dos nossos companheiros falou da invisibilidade, tem alguns momentos que parece que somos

invisíveis. Vou contar uma pequena história de um baiano chamado Valter Nei de Lima. Ele é um cara que fazia triângulos, era da Bahia, morou aqui durante 50 anos. Faleceu esse ano, é isso, gente? Ele faleceu esse ano e a cultura nunca o enxergou. Se não fossemos nós, da classe, ele jamais seria visto. É um cara invisível. Então, nossa homenagem a ele.

Agora, o Alê falou que vai ter o 13 de dezembro, a comunidade do forró foi convidada, foi chamada? Alguém aqui foi chamado? Da comunidade do forró?

Obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. José Geraldo. Cristiano Gueleri, da SPTuris.

O SR. CRISTIANO GUELERI – Boa tarde a todos. Boa tarde aos camaradas da SPTuris. Boa tarde, pessoal da cultura. Boa tarde aos Vereadores e autoridades presentes.

Gostaria de falar sobre o orçamento da SPTuris. Os colegas aqui já falaram da entrada de 193 milhões e a saída de 217 milhões; somando isso temos um déficit de 23 milhões. Do mês de agosto a outubro tivemos uma arrecadação de cinco milhões de reais.

Então, eu gostaria de falar que a nossa empresa SPTuris é uma empresa que dá resultado. Ela tem saída, tem como conseguir sair desse abismo em que está, que a colocaram, porque a empresa estava a caminho do bátraculo, todo mundo aqui sabe.

Mas, a gente está conseguindo, com o empenho da nossa diretoria, trazer de volta os eventos que a empresa tanto fez no passado, porque é difícil trabalhar na SPTuris, fazer os eventos noturnos na dispersão e receber o nome de ladrão, de bandido, chefe de quadrilha, porque a gente precisa fazer receita para a empresa. Está difícil a situação, agora com o pavilhão parado, a gente não tem como fazer isso. É isso que a gente precisa, trazer receita para a empresa.

A gente tem o dinheiro do PAC, são 60 milhões que o Governo Federal disponibilizou em 2012. Gastou 16 e tem 44 parados. Com esses 44 poderiam fazer a reforma do nosso telhado do pavilhão. Arrumar o nosso telhado, arrumar a climatização do pavilhão para trazer receita para a empresa, porque lá tem aproximadamente 500 pais de famílias que

dependem da empresa. São 350 concursados, mais 40 e poucos de provimento e o pessoal da limpeza e da segurança. Então, são todas essas pessoas que temos para sustentar, esses pais de famílias. A empresa fecha e aí? Vai todo mundo para onde? Vai fazer o que da vida?

É isso que o Secretário de Turismo poderia saber, ajudar a gente nesse aspecto, porque a nossa diretoria faz o que pode, toma nome de ladrão, de chefe de quadrilha, é isso o que está acontecendo. É isso que o Secretário tem que estar sabendo. E defender o pessoal de SPTuris, os funcionários, pois o pessoal está desanimado.

É isso o que tenho que passar para vocês. Obrigado a todos. Fiquem com Deus.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O próximo inscrito é Ras Maclaude, do Núcleo de Desenvolvimento Artístico e do Fórum do Reggae. Em seguida, Vera Santana, do Instituto Feira Preta.

O SR. RAS MACLAUDE – Boa noite a todos. É isso aí, eu sou Ras Maclaude, ativista cultural.

O que me traz aqui é essa luta que nós estamos travando, pedindo que seja realmente possível um dia alcançar 3% para a cultura. Aqui eu represento o Fórum do Reggae e o Núcleo de Desenvolvimento Artístico.

Eu vou explicar para vocês como surgiu o Núcleo de Desenvolvimento Artístico. Há 18 anos eu moro ali na zona Sul, Capão Redondo e sabemos que no Plano Municipal de Cultura tem um agente sociocultural e dentro desse período de 18 anos nenhum deles veio a mim dizer: “oi, Maclaude, que legal o trabalho que você está fazendo”. Por um bom tempo, no Capão Redondo, ficamos sabendo que o filho do pessoal ali, deu até novela, Morumbi Sul, estava morrendo. Aí veio o soul da paz, trazendo a cultura de paz na periferia.

Não estou representando o Conselho, o Cades, mas sou conselheiro. O Cades tem uma sigla muito bonita, é o conselho regional de meio ambiente e desenvolvimento de cultura de paz. Isso nós fazemos há muito tempo, cantando a nossa música, a música de Jah Rastafari, a música *reggae* é entretenimento, tem a sua cultura, tem os seus elementos que

vêm para trazer a dignidade do cidadão que, muitas vezes nem sabe o que é rastafári, mas ele acha legal as *dread*, aquele que discrimina mesmo, através, não só da *dread*, por causa da questão do uso da erva sagrada, a *ganja*. Mas, como foi citado aqui, dá para tirar do imposto do cigarro e dá para legalizar a *ganja* também e vamos acabar com a droga do tráfico de influencia, porque a ganja legalizada vai trazer também o que? Capital de giro. Vai trazer muito mais.

Eu estou aqui com a agenda cultural, onde em 18 anos o meu nome nunca foi citado. Dezoito anos. O que eu quero trazer aqui? Anotei algo muito interessante, estive em algum evento na zona Sul, em Osasco. A iniciativa privada promoveu um evento junto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Economia. É um evento onde as pessoas vão prestigiar o artista, não o artista que está na ponta, no *main stream*. Falamos do artista do *underground*, aquele que está conquistando o público, conquistando espaço. Temos o Anhembi, e em 2000, teve um evento maravilhoso, onde a tribo de Jah fez com um número enorme de público. temos aqui o pessoal do fórum que pode ajudar essa secretaria, está compreendendo, Secretário? Ajudar a fazer esse evento e as pessoas que estão batendo nas portas dos gabinetes pedindo um alimento. É um evento que pode ser realizado nas casas de cultura, no auditório do Ibirapuera, no Anhembi, trazendo condição de suprimento para aqueles que estão desempregados, porque sabemos temos 12 milhões – eu costumo dizer que são 13 milhões de desempregados – porque eu nunca fui entrevistado pelo IBGE. Vocês foram?

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Ras Maclaude. Quero saudar a presença do Presidente Eduardo Tuma, que já esteve aqui na nossa reunião. A próxima inscrita é a Sra. Vera Santana, do Instituto Feira Preta. Em seguida, o Sr. Rafael de Almeida Silva. A Sra. Vera está? Não. Então, Sr. Rafael de Almeida Silva, do Movimento Cultural Darcy Ribeiro. Em seguida, o Sr. Will Ribeiro, do Fórum do Reggae.

O SR. RAFAEL DE ALMEIDA SILVA – Boa noite, pessoal da Mesa: vereadores, Secretário, Soninha, todo mundo que está ficando até o final.

Trouxe o meu *note*, porque na realidade eu estava pegando uns dados na transparência e vi algumas informações confusas e essa é a minha primeira colocação sobre o orçamento. Estudo Gestão de Políticas Públicas, na USP, e a gente gosta de se atentar, como o companheiro disse, no que a Prefeitura, o Governo de fato faz. Porque não adianta só falar se o orçamento é o que decide o que vão fazer.

Notei aqui uma discrepância entre o que o Donato tinha falado, que corrobora com o que ele tinha falado. Em 2017, o orçado e o liquidado, a diferença está bem alta, estão faltando 20%; em 2018, também, quase 20%. Então, peguei esses dados no *site* da Prefeitura, transparência. Então, se eles estiverem errados ou tiver alguma confusão, gostaria que eles ficassem expostos mais claramente.

Outra colocação que eu queria fazer é que o Plano Municipal de Cultura, no site da Prefeitura, manda para outro site, que não dá para baixar o PDF e eu queria compartilhar o Plano Municipal de Cultura com alguns amigos meus e não dá para baixar como PDF e aí o site para leitura fica meio ruim.

Agora, tratando do orçamento, eu queria fazer uma colocação, reforçar o que outro colega falou, para, talvez, um tipo de diretriz para o orçamento da cultura, que é incentivar os artistas *underground*, incentivar os artistas de baixo. Porque dar um grande cacife, 60 mil, 70 mil para alguém que já está no topo, às vezes, não faz tanta diferença na carreira, mas dar dois mil reais para uma banda de *reggae*, para um grupo de *rap*, que está começando, é a diferença de continuar e a diferença de acabar e de o sonho morrer. (Palmas)

Então, eu gostaria muito, tratando do orçamento, essa fosse uma das diretrizes: ajudar o pessoal *underground*, que aí a gente sobe “*underground*” de cada vez, um degrau de cada vez. (Risos)

Outra coisa que achei interessante, que o Alê já está fazendo, é pegar o IDH e a escolaridade e incentivar ali nos cantos. Eu fui contemplado pelo Projeto VAI também e dei uma olhada na geolocalização dos ganhadores e vi que falta Marsilac, falta o pessoal do extremo Leste. Eu acho que se a gente conseguisse direcionar o VAI para esses locais um

pouco mais afastados, seria interessante também, porque o VAI nada mais é do que uma redistribuição e uma realocação da verba e aí faz a renda girar, os 40 mil ou os 80 mil são distribuídos, mas afastados do Centro. Acho que é o intuito, incentivar quem precisa, que são as periferias. Por exemplo, Marsilac, acho que não tinha uma pessoa que foi contemplada.

Valeu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Rafael de Almeida Silva. Will Ribeiro, Fórum do Reggae. Em seguida, Sr. Luiz Wilson.

O SR. WILL RIBEIRO – Boa tarde, Cultura. Boa tarde, Cultura.

- Manifestação do público.

O SR. WILL RIBEIRO – Uma pena que muitos já se foram, mas a luta é contínua. Peço a máxima atenção da Mesa composta por Secretários, Vereadores, venho aqui fazer um coro com todas as reivindicações aqui já expostas, são óbvias demais para ficar falando a mesma coisa. Mas o mínimo desse orçamento tem de ser 518 milhões ou 530 milhões, como já pediu o pessoal do outro projeto.

Já foi falado aqui pelo Pirata, pela Inti, pelo Rudi, demonstrando de onde pode vir esse recurso e peço dos Vereadores Alessandro Guedes, Soninha, Atílio, Goulart, o Donato, que precisou se ausentar, para dialogarem e intercederem pela nossa Cultura. Vocês podem fazer isso.

Continuo minha fala agora em nome da Cultura Reggae. Reggae é a lei, máximo respeito, ok, onde dentro de provisionamento do orçamento para 2020, foi reduzido de 1.339 milhão para 700 mil. E com toda a propriedade posso informar que isso não, não comporta, não fomenta essa linguagem. Em toda sua amplitude não abrange quase nada de suas vertentes.

Aproveito também para pedir ao Secretário Alê Youssef, para que dê grande atenção ao PL 478/2019, que está tramitando nesta Casa, se quiser anotar aí, por favor: 478/2019. Esse projeto é suprapartidário por alguns coautores: Alfredinho, Suplicy, Juliana Cardoso, George Hato, Celso Giannazi, Toninho Vespoli, além da própria Soninha. Esse PL foi

aprovado semana passada a ilegalidade na CCJ e aguarda novas tramitações.

A cópia do PL já foi encaminhada para o seu Assessor Maurício Garcia. Então você já tem essa cópia e precisamos de um parecer favorável da Secretaria Municipal de Cultura para passar nas próximas comissões desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Will Ribeiro. Próximo inscrito, Sr. Luiz Wilson, Programa Pintando o Sete, Rádio Imprensa FM.

O SR. LUIZ WILSON – Boa noite meus amigos, boa noite a todas, cumprimentar os Secretários, Vereadores, sou Luiz Wilson, representando o Programa Pintando o Sete, que é um projeto compromissado e comprometido com Cultura Nordestina ao pé da letra. Está no ar pela Rádio Imprensa desde o ano desde o ano de 2007. E também temos o mesmo Programa lá em Arcoverde, Estado de Pernambuco.

Sou de Sertânia e vou começar meu bate-papo fazendo uma homenagem a São Paulo, três estrofes de um cordel que escrevi há alguns anos para mano velho e mano novo, que chama: “O Encontro dos Baianos em São Paulo, quando a gente dizia, a cidade de São Paulo é dos baianos se diz, tal marcante é sua história e importância para o país, onde o povo nordestino aqui fincou seu destino para progredir e ser feliz. Todos que aqui chegassem fossem do Nordeste ou Norte trazendo sangue nas veias, coragem de gente forte, cheios de sonhos e planos, eram chamados baianos tendo em São Paulo o suporte. A cidade de São Paulo, como sabemos nossa São Paulo de todas e de todos, da senhora, do senhor, da criança e adolescente, do povo trabalhador, São Paulo e sua gente e orgulhosamente lhe damos muito valor, por isso vamos ter atenção para o Poeta e o Cantador. Viva São Paulo”.

Sem querer me distinguir dos demais entrando aí com poesia que é uma marca nossa, mas essas colocações nos trazem para a nossa realidade. Como é que a Cidade construída em grande parte pelo nordestino, já dizia Zé Geraldo, temos um Zé Geraldo aqui, mas estou falando de outro Zé Geraldo: Está vendo aquele edifício, moço, eu também trabalhei lá.

Como é que temos uma massa que criou, ajudou a construir, se desgasta há tanto tempo e que vem contribuindo com o crescimento desta Cidade. E na divisão de verba orçamentária, o Nordeste, digo Nordeste porque o forró queira ou não, de certa forma é Nordeste, fica no escanteio com participação mínima, com migalhas. A gente vem se desgastando há tanto tempo nessa batalha, nessa luta e parece até que o forró, que é um pedido porque não estamos exigindo aquilo que é merecido, porque pelo reconhecimento do forró, haja vista os grandes seriados de projetos que temos de televisão. Os maiores sucessos são inspirados em Cultura Nordestina. E às vezes até desvirtuam a nossa linguagem, de certa forma trazendo o cordel com linguagem até crítica aos nossos costumes e não somos reconhecidos.

Então peço encarecidamente que a verba seja dividida com justiça. Respeito todas as outras culturas, sou amigo do pessoal do sertanejo raiz, do pessoal do samba. Inclusive, comecei minha carreira cantando outros segmentos, mas representando o forró é inadmissível que não sejamos reconhecidos com uma divisão justa.

E vou mais além, dentro da divisão do forró, que a divisão seja justa dentro do próprio movimento e não a alguns subgrupos que se beneficiam disso, levando o movimento com uma migalha de artistas, deixando nomes como Anastácia, Luiz Wilson, Caju e Castanha, Fatel Barbosa e tantos outros que aqui vivem há tantos anos pagando impostos e não são lembrados.

Tenho feito trabalhos independentes, promovo eventos na Rede Feijão de Corda, até convido vocês aqui para o próximo sábado...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Concluindo.

O SR. LUIZ WILSON – Concluindo quero agradecer a todos, dizer que nosso apelo é pela liberação desses 5 milhões de verba, que é mínima diante da contribuição do povo nordestino e, sobretudo, de nossos forrozeiros, poetas, repentistas, cordelistas, vaqueiros, emboladores, cordelistas, poetas de todos os segmentos que representam o nosso forró.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Luiz Wilson. Próximo inscrito, Felipe Nelson Croco, Movimento da Música de São Paulo. Em seguida, Sr. Sergio La Paloma, Associação La Paloma Cultural e Fórum do Reggae.

O SR. FELIPE NELSON CROCO – Boa noite a todas e todos, Mesa, Secretário, quero começar dizendo que nesses tempos de terra planismo, de fascismo em alta, é um verdadeiro alento termos uma pessoa do campo progressista como Alê Youssef como Secretário de Cultura.

Agora, Alê, quero dizer também que a música não é a linguagem mais importante. Acho que não tem linguagem mais importante na Cultura, todas as linguagens são importantes, mas a música é importante demais para ser colocada como uma linguagem transversal, tangente ou paralela a outras linguagens. Existe uma luta grande de muito tempo, de muita gente, pela lei de fomento à música.

Então em nome do Movimento Pela Música de São Paulo, inclusive, queremos marcar uma reunião com você ainda este ano para discutir essa questão, porque estamos falando de uma coisa muito ampla. Estamos falando, inclusive, de projeto de futuro para jovens. Vivemos um momento em que existe uma verdadeira epidemia de depressão, de suicídio e isso tem muito a ver com falta de projeto de futuro. E a Cultura tem toda condição de dar esse projeto de futuro que a juventude principalmente precisa muito.

Então queremos pedir o seu apoio, Alê, para a lei de fomento à música que vem sendo amplamente discutida. Foi discutida democraticamente, muita gente participou e trabalhou por isso, então vamos aprovar essa lei. É o PL 376/2016.

E fico muito feliz de saber da ideia do Hot Site, colocando ali o que está sendo efetivamente realizado do plano municipal de Cultura, outro grande processo superdemocrático que envolveu muita gente, muito bem trabalhado e que está aprovado. Então vamos botar ele para funcionar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Felipe. Próximo

inscrito, Sergio La Paloma, Associação La Paloma Cultural e Fórum Reggae. Em seguida Ana Souto, Sindicato dos Artistas e Técnicos do Estado de São Paulo.

O SR. SERGIO LA PALOMA – Primeiro, axé a todos e quem não for do axé também está tudo certo. Fico agradecido pela presença de algumas pessoas que costumam fugir quando são convocados ou não. Mandam representantes que também não representam, mas gostaria que a Casa em si, o Parlamento tivesse um pouco mais de atenção, porque mexe com o dinheiro público, já começa por aí.

E aí a gente vem sempre aqui, de novo, tem um pessoal aí: ah, porque de novo nessa Casa. Acho legal porque somos persistentes e resistentes, apesar da idade. Só que é assim, o dinheiro público tem de ser investido e toma conta que não fecha, pelo menos na minha mente, é se todo dia praticamente aumenta a arrecadação pública, por que não tem dinheiro público para investir?

E aí fica esse congelamento, esse monte de coisa meio chata aí. Mas, para retomar gostaria que a Casa desse atenção para o nosso PL que está tramitando aqui. E não temos devolutiva como falou o pessoal de outro segmento.

É isso. Não gosto de falar muito não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Sergio. Próxima inscrita, Sra. Ana Souto, Sindicato dos Artistas e Técnicos do Estado de São Paulo. Em seguida, Sr. João Godoy, da SPTuris.

A SRA. ANA SOUTO – Boa noite a todas e todos, fica muito difícil acrescentar qualquer coisa depois de tantas falas significativas.

Mas gostaria principalmente de pedir aos Srs. Vereadores que fizessem uma conta, quer dizer, na verdade que acompanhassem uma conta que fiz. A princípio é uma conta sem muito sentido contábil, mas tem um sentido simbólico muito forte. Se nós dividirmos essa reivindicação mais do que justa por todos os motivos expostos, dos 518 milhões, veremos que a municipalidade está pretendendo investir menos de 42 reais por habitante da cidade de São Paulo por ano. E como os senhores sabem não chega para comprar um ingresso de um

cinema 3D nos melhores shoppings da Cidade.

É uma conta sem muito sentido porque a municipalidade não investe para que chegue a todos os munícipes a Cultura, porque muitos dos munícipes não necessitam sequer deste investimento. E aí gostaria de chamar a atenção, Secretário, para o fato de que estes agentes sociais, estes profissionais das diversas linguagens artísticas, estes artistas profissionais e amadores são pessoas que trabalham todos os dias durante o ano inteiro na construção do tecido da Cultura da Cidade.

Faltam-nos alguns termos para podermos nos pôr de acordo daquilo que não é diferença, mas semelhança. Todos nós aqui fazemos parte do tecido cultural da Cidade e nós somos os que tecem com as nossas linguagens artísticas Saúde Mental, Educação, inclusão, exclusão da criminalidade.

E gostaria de lembrar que esta verba que está faltando para chegarmos a esses 518 milhões, ainda insuficientes, vai faltar exatamente aonde o tecido social esgarça. Seja pela parte da população, seja pela parte dos produtores da Cultura.

A conta de 300 mil para vinte mil expectadores dá 15 reais por ingresso, o que é pouco para o ingresso de uma artista consagrada. Mas é pouco também para a municipalidade, porque vai entrar na conta da promoção da própria artista. Enquanto que esses 42 míseros reais investidos durante o ano inteiro vão sustentar o trabalho dos artistas e produtores culturais construindo o tecido social ao longo do ano.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Ana Souto. Próximo inscrito, João Godoy da SPTuris. (Pausa) Próximo inscrito, Sr. Fernando Batista Santana, munícipe.

O SR. FERNANDO BATISTA SANTANA – Olá a todos, Vereadores, Casa, vim aqui para pedir acessibilidade no Edital, Secretário.

Vocês de Cultura falam tanto de Cultura e esquecem a acessibilidade. Dá nojo disso, porque Cultura é também para as pessoas esquecidas, com deficiências. Será que a

Cultura é somente para quem não tem uma deficiência? Será que o Edital de Cultura de tantos milhões em nosso Município, 1%, 2%, poderia ter nos editais a acessibilidade.

Como imaginar uma pessoa surda? Vocês podem ter também a vibração. Vocês podem ter outras coisas, porque Cultura é também chegar naqueles que são esquecidos de uma forma real.

Será que teatro, também tem acessibilidade, o cinema. Uma coisa que a Prefeitura tem de bom e eu digo às bibliotecas, as 54, porque conheço a rede do meu Município, sei que tem a SPCine que avança na acessibilidade e isso é muito bom, mas e os outros? Será que pensa no público que vai convidar? Será que o seu público tem uma deficiência? Será que você pensa nesse grupo como cidadão, como indivíduo?

E a Secretaria de Turismo que foi criada há pouco tempo, agora, nessa gestão, também pensa no turismo acessível, porque o turismo está nos dois grupos. E Cultura também. Vamos ler a lei de acessibilidade, 3.145, que vocês não leem. Vocês não leem. Vocês esquecem acessibilidade sim, porque vocês não pensam que o outro que tem um problema de visão vai ver vocês. Está entendendo? (Palmas)

Vocês esquecem. São vocês mesmos que estão batendo palmas. Não quero palmas, porque tenho vergonha de produtores na minha Cidade que não pensam em acessibilidade.

Sr. Secretário, desejo que o senhor tenha melhor gestão e que pense nos editais, como colocar uma rubrica para acessibilidade, porque não aguento mais esses produtores que não pensam na diversidade do outro. Só pensam em ter o orçamento em suas mãos, mas quando uma pessoa com deficiência quer estar lá vendo, ouvindo vocês, vocês esquecem. Não pensam que essas pessoas são seres humanos e este Município também é meu. Essa Cidade é minha e digo que amo a minha Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fernando Batista Santana. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Boa noite estimados munícipes, Secretário, Vereadores, autoridades, pelo adiantado da hora vamos direto às questões.

Lamentando profundamente o fim do Ministério da Cultura, em janeiro deste ano, medida absurda do atual Presidente da República, sancionada também pelo Congresso Nacional. Cuidado ao eleger Senadores e Deputados! Como na época de Fernando Collor, fizeram a mesma coisa de novo. Infelizmente, o País, com a ajuda do Sr. João Doria, do Bolsodoria, da infame união entre essas duas pessoas, também bastante infames, está prejudicando não só a Cultura, mas a Cidade inteira. (Palmas)

Na questão do Turismo, eu quero saber o que o Conselho Municipal de Turismo faz, que deixa acabar empresa e deixa o Orçamento ser ridicularizado. Não há um Conselho Municipal de Turismo? O que é que ele faz? Ele é enfeite? Ele é bolsonarista? Ele é dorista? Ele é covista? Aí, eu faço a ponte para o Conselho Nacional de Cultura. O Secretário Youssef deveria se comprometer em convocar o Conselho Nacional de Cultura, porque isso está na lei. É necessário que o Conselho Nacional de Cultura surja.

Também gostaria de entender por que é que essas reformas de Casas de Cultura e de equipamentos culturais não estão sendo muito executadas. A execução é mínima. Patrimônio Histórico: quatro milhões, nada executado. Cultura Viva: já se falou em um milhão, nada executado. A região de Ponte Rasa espera uma Casa de Cultura há mais de 15 anos. Gostaria de saber se vai sair. A Biblioteca Zalina Rolim foi fechada na autoritária gestão Serra. Do Secretário de Cultura nem vou dizer o nome.

Por que é que os CEUs não têm Virada Cultural, todos? Se o senhor puder se comprometer que todos os CEUs tenham, em maio do ano que vem, Virada Cultural... Porque ali há população pobre, carente. Nas periferias há 46 CEUs. Parece que foram feitos 10, só em maio. Então, isso é uma injustiça.

Literatura infanto-juvenil, infantil, priorização... Houve biblioteca, com patrono, fechada. Foi cancelada a homenagem – uma situação absurda do Secretário Calil, um dos piores secretários da história, junto com os péssimos Serra e Kassab.

Que essas pessoas sejam respeitadas – os artistas deste País, os literatos deste País. Que a União Brasileira de Escritores, fundada por Mário de Andrade em 1942, seja respeitada. Há um decreto de 1968, de questão de utilidade pública. A televisão, Secretário, faz 70 anos no ano que vem e nasceu aqui, em São Paulo. Que realmente seja homenageada com o seu Museu da TV.

Finalmente, dotação para o Conselho Municipal de Cultura e para a conservação dos monumentos paulistanos, que estão sendo furtados... A nossa história está sendo roubada, furtada, e eu gostaria de saber se o Patrimônio Histórico, o Conpresp... Porque eu não vi, ainda, dotação orçamentária, da questão do nosso patrimônio, da nossa história, que está sendo vilipendiada...

É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fabio Siqueira. Sr. Eduardo, considerações, um minuto...

O SR. EDUARDO – Obrigado, Vereador Alessandro Guedes. É o seguinte: estamos vendo a Mesa, aqui. O Secretário parece estar um pouco cansado. O corpo fala e percebemos que ele parece estar um pouco cansado. Eu quero saber se ele se portaria assim lá, no Fórum Econômico, em Davos.

Depois, voltando a falar, estamos entregando mastigado para vocês. Na verdade, como nós falamos, lá, na favela, estamos entregando um chocolate para vocês. Não é verdade, quebrada? Está tudo mastigado, já, e não vemos Cultura como entretenimento. Vemos Cultura como salvação de vida. Está bom?

Então, eu quero saber o seguinte. Nós estamos em pleno neoliberalismo. É uma política que não tem filósofos. Entendem? É um estilo de política que não tem filósofos. Aí, quando é que vamos poder discutir? Quando é que você vai poder falar? Quando é que vocês, aqui, à Mesa, vão poder falar? Essa Mesa é toda feita de homens. Só há duas mulheres. Quando é que vocês vão poder nos falar – e discutir, cara a cara – que o problema é o Estado mínimo?

Joguem no peito, aqui, da mamãe. Joguem no peito do pai. A questão não é você. A questão é o Estado mínimo. Você está só recebendo ordem do Banco Mundial. Deixe-nos resolver. Se você não quer queimar seu filme, jogue para nós, para resolvermos, porque isto, aqui, todo mundo já sabe. Essa redução, redução, redução... Isso é Estado mínimo, gente. Isso não vai parar. Está bom?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Eduardo. Retornando a palavra para a Mesa, a Vereadora Soninha Francine quer fazer uma consideração.

A SRA. SONINHA FRANCINE – De passagem, quero dizer que foi o Secretário Calil quem implantou o Centro Cultural Cidade Tiradentes, por exemplo – e ele foi bastante criticado, na época, por algumas pessoas que diziam que era um “elefante branco”, que não era daquilo que se precisava em Cidade Tiradentes. Ele fez questão de implantar o equipamento lá.

A respeito do aumento do desconto da Previdência na folha dos servidores, pode-se discordar. É lógico que sim, mas não é roubo. O que for descontado da folha de pagamento dos servidores a título de contribuição previdenciária vai todinho para o Fundo da Previdência e, assim como aumentou a contribuição dos servidores, também aumentou, na mesma proporção, a contribuição patronal – e ainda ficam faltando vários bilhões de reais para que sejam honrados todos os compromissos com aposentadorias e pensões. Esses outros bilhões de reais vêm do Tesouro Municipal. Então, discordar? Lógico, mas não é roubo. O dinheiro tem um destino. O destino é a própria Previdência dos servidores.

É isso, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereadora Soninha Francine. Vereador Rodrigo Goulart?

O SR. RODRIGO GOULART – Obrigado, Sr. Presidente. Só para as considerações finais, aqui, eu estava até trocando umas palavras com o Secretário Alê Youssef, de algumas coisas com que concordamos em partes, mas que possamos pensar no próximo ano. Eu falei

da evolução que houve na gestão dele, mas que se dê mais voz para os Coordenadores de Cultura das Subprefeituras. Quem sabe, dê-se uma liberdade para eles trabalharem.

Também à Secretaria de Turismo, no mesmo patamar, eu já levei diversas propostas, para os Coordenadores de Turismo criarem, pelo menos, os dois polos de ecoturismo que temos na Cidade. Por incrível que pareça, temos polo de ecoturismo aqui, dentro da Cidade.

Sobre muito do que se falou, aqui, de Orçamento, vamos voltar aos 518 milhões, mas só um breve histórico: em 2017, foram orçados 518 milhões e empenhados 318 milhões. Assim, não adianta termos os 518 orçados e termos empenhado 200 milhões a menos. Então, eu tenho certeza...

- Manifestação do público.

O SR. RODRIGO GOULART – Pessoal, só um minutinho, que vocês tiveram o direito de falar e eu quero fazer a minha parte, também, por favor.

Então, é importante que lutemos, realmente, para que aumente esse valor do Orçamento, mas que batalhemos ainda mais para que ele seja cumprido na sua maior parte.

Só complementando aquilo que a Vereadora Soninha Francine falou – muito bem colocado – sobre a questão previdenciária, aqui respeitamos a todos. Eu nunca desrespeitei nenhum dos senhores, aqui, dos que me conhecem ou não, mas os três Vereadores que foram apontados, aqui, que votaram a favor – o Vereador Atílio Francisco, eu, que sou... Foi o rapaz que saiu. E a Vereadora Soninha Francine, também... Podem ter certeza de que nenhum, aqui, foi roubado – e, muito menos, os que votaram contra. Podem ter certeza de que os 55 Vereadores avaliam os projetos e, como bem explicado pela Vereadora Soninha Francine, o rapaz falou muito de família, mas pensamos, também, na família dos funcionários públicos que, daqui a 10, 15 ou 20 anos, poderiam não receber essa aposentadoria de que tanto falaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.
Tem a palavra o Vereador Atílio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Só mais uma vez, quero acrescentar à participação de todos, como sempre, com muito empenho, com muita exposição. Eu valorizo muito isso e, agora, na sequência, Presidente, deve-se avaliar tudo o que foi dito e ver quem vai ser, realmente, apropriado dessa Relatoria, da pasta da Cultura, para que possa desenvolver um trabalho a contento.

Vemos, realmente, com relação ao que eles reivindicam – quer dizer, quatro anos atrás, um valor de 518 e, agora, 432 –, se pode ser trabalhado, de forma gradativa, que possa acrescentar ainda mais à valorização da Cultura na Cidade. O que não falta... Às vezes, somos muito cobrados – e devemos ser cobrados, mesmo. Temos vontade e disposição de fazer as coisas, mas... Eu já fiz algumas coisas importantes, como Relator, e ficamos frustrados, depois, na hora da execução, de as coisas não acontecerem.

Porém, temos o apoio de vocês e a luta de vocês nós valorizamos muito. Contem conosco no que pudermos fazer para atender todos. Não vai ser possível resolver o problema de todos, mas tenho certeza de que a Peça Orçamentária, quando sair desta Casa, vai sair em um grau bem diferente do que chegou. Podem ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Atilio Francisco. É isso. Nós iremos trabalhar a comissão. Quero fazer esta fala para poder melhorar a Peça Orçamentária. Com certeza, ela vai sair daqui melhor do que entrou. É o compromisso da nossa Comissão de Finanças. O próprio Presidente Eduardo Tuma já passou por aqui, também, e disse que temos o apoio dele para que consigamos ajudar a trabalhar e melhorar a Cultura. Eu tenho certeza de que poderemos melhorar bastante.

Quero passar a palavra, para fazer suas considerações finais, ao Secretário Adjunto de Turismo, Junior Fagotti.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Obrigado, Presidente. Sobre o questionamento do colega Fabio, do Conselho de Turismo, a Secretaria, desde que foi criada, reativou o Conselho de Turismo. Ele já vinha acontecendo pela SPTuris, de forma um pouco mais tímida. Ativamos e ampliamos a participação. Inclusive, esta Casa vem sediando os encontros nossos mensais.

Passamos a fazer reuniões mensais e, paralelo a isso, o conselho criou a 1ª Conferência de Turismo, que ampliou o debate.

Agora, temos um plano de ação que vai ser publicado em novembro, como eu já tinha dito. É um plano de ação para o Turismo, de dois anos e até 2030. É aonde queremos chegar com a São Paulo Turismo até 2030. É um plano legitimado. Não foi um plano de gabinete. Foi um plano legitimado por quem realmente opera no Turismo. Inclusive, contempla os polos de ecoturismo. Enfim, essa é a resposta.

Com relação à questão do projeto de lei, realmente não é o momento de debatermos isso, aqui. Ele foi apresentado pelo Governo. Imagino que vá haver audiências públicas para debatê-lo, especificamente, e no momento oportuno falaremos dele.

Sobre o Orçamento da SPTuris, se o Presidente me permite, eu quero passar a palavra para o Presidente da SPTuris, para que fale.

Só para encerrar, eu pedi para o Presidente para falar antes porque eu tinha de sair. Eu tenho uma reunião, ainda, na Prefeitura, mas quero parabenizar a participação de todos, aí. Agradeço pela condução. Acho que podemos avançar bastante com este debate amplo, aqui. Esperava ter essa mesma mobilização que tiveram, da Cultura. Vocês estão de parabéns. Com relação aos operadores do Turismo, não tivemos tanta mobilização, mas, de toda forma, parabênizo a condução e a realização dos trabalhos.

Passo a palavra para o Osvaldo.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de o Sr. Junior sair daqui, amanhã nós teremos a Comissão de Turismo, Lazer e Gastronomia. Assim como é discutido lá, na Subcomissão de Cultura, o Orçamento da Cultura, será discutido amanhã na Comissão de Turismo. Que o Sr. Junior possa vir aqui como representante. Não sei se o Secretário vai poder vir – e o Presidente, também. Que possamos discutir em que podemos avançar, no Turismo, junto com esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário Junior Fagotti.

Agora, tem a palavra o Sr. Osvaldo Arvate.

O SR. OSVALDO ARVATE JUNIOR – Boa noite a todos. Primeiramente, agradeço a oportunidade de poder esclarecer as coisas referentes à São Paulo Turismo.

Com relação aos pontos que foram colocados, com relação ao nosso orçamento, é como dizemos: é um orçamento. É uma previsão que pode ou não ser efetivada. Desse modo, nós estamos trabalhando junto com todos os funcionários da São Paulo Turismo, no sentido de não ter essa dependência da Prefeitura e no sentido de fazer a manutenção dos próprios da SPTuris. Isso é verídico. Os nossos funcionários estão participando desse processo e eu vou pedir só escusas, porque eu entendo que nenhum funcionário da SPTuris é um entulho. Ao contrário, são seres humanos e merecem todo o nosso respeito.

Obrigado. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Osvaldo Arvate. Passo a palavra, agora, para o Secretário Alexandre de Almeida Youssef.

O SR. ALEXANDRE DE ALMEIDA YOUSSEF – Quero agradecer a todos, aqui, pela oportunidade. Quero falar, rapidamente, sobre alguns pontos que foram levantados.

Em relação ao Reggae, houve o Orçamento de um milhão para 2019 e nós realizamos a terceira edição com o valor de 700 mil, mais o dinheiro municipal do reggae, houve 300 mil. A contratação dos grupos acabou demorando um pouco porque houve uma mudança de pareceres para a contabilidade, o que gerou uma ida e volta de documentação do processo burocrático para 2020. A proposta é de um milhão, 125 mil reais e, assim, seguimos no diálogo permanente. Em relação ao parecer favorável que foi mencionado, tem todo o meu apoio.

Quero dizer que esta questão foi abordada na primeira etapa, mas também se falou, aqui, um pouco, sobre ela: a questão indígena. Eu me esqueci de dizer que nós vamos alterar os nomes: de “Casa do Sertanista” para “Casa do Caxingui”; e de “Casa do Bandeirante” para “Casa do Butantã”. Nossa intenção é de que lá, nesses dois espaços e em vários equipamentos, passem a ter um olhar para a cultura indígena.

Quero dizer que, em relação ao Dia do Forró, foi feita uma curadoria pela equipe técnica, pois não havia tempo para fazer um chamamento. Respeito todos os grupos, todos os coletivos. Acho que todos têm direito de reivindicar os seus nomes nos *folders* e nas programações, mas também respeito a equipe técnica que faz as programações. Não significa que nós não temos o olhar nem apoiamos. Queremos nos afastar de qualquer tipo de injustiça nesse sentido, mas eu também não acho justo você reivindicar o seu nome no *folder*, criticando o nome que está no *folder*. Então, eu acho que temos de dar passos no sentido de nos afastarmos desse tipo de briga e confusão, tentando criar processos de construção coletiva.

Como eu já disse, sobre o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, a partir de fevereiro deste ano a Secretaria aumentou a verba de programação. Antes de mais nada, é importante registrar que o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes é um centro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, mas, mesmo assim, nós participamos, ativando a programação, usando o equipamento como um espaço importante de ativação cultural da região.

Então, a partir de fevereiro deste ano, a Secretaria aumentou a verba mensal para programação em sete vezes. No comparativo entre janeiro e novembro, o público aumentou em 10 vezes, do ano passado para este. A Secretaria Municipal tem promovido diversas ações afirmativas em relação à diversidade. Há o Baile POP, com a temática LGBTQ+, *saraus*, *slams*, o Baile Black, que é um sucesso na região, com edições que chegaram a ter um público de cinco mil pessoas.

Este é o ano com maior público da história do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, que vai ultrapassar 150 mil pessoas ao término do ano. Também, é a primeira vez na história desse centro, que é o equipamento da Coordenadoria de Centros Culturais e Teatros com o maior público da Cidade. A Sala SPCine do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes é a que tem recorde de ocupação de público, em relação às outras 20 salas SPCine espalhadas pela Cidade.

O orçamento de programação e oficinas investido chega a cerca de 900 mil reais

em 2019. Em comparação com 2016, o público se multiplicou por 10 e é a primeira vez na história que a Coordenadoria de Centros Culturais e Teatros terá um público acima de um milhão de pessoas. Em 2016, eram 420 mil. Estou falando de todos os equipamentos. Foram 401 mil reais em programação, além do valor de oficinas que eu falei. Lá no Centro de Formação e Cultura de Cidade Tiradentes, também aconteceu uma dos palcos da Virada Cultural; a programação exclusiva para o mês da consciência negra, além disso, já aconteceram cinco edições do Rua da Gente. Isso com a Secretaria não tendo a gestão do equipamento.

A gente tem atuado para usar esse equipamento da melhor forma possível. Estamos conversando com a Secretaria de Desenvolvimento econômico e trabalho para buscar que esse equipamento seja cada vez mais cultural e mais um polo de irradiação da cultura.

A gente tem que entregar este espaço em 10 minutos.

Então, eu queria dizer que a gente conseguiu reverter o antigo Decreto que regulamentava a Lei da Leitura do Livro da Biblioteca e conseguimos eleger, agora, um Conselho que tem voz, que tem possibilidade de participar da construção das políticas públicas, que não é só um conselho consultivo, mas participa diretamente de tudo o que acontece. A política da literatura é uma política que a gente leva muito a sério na Secretaria. E, é por isso que nós fizemos o Festival Mário de Andrade.

Não tem o menor problema de fazer eventos na cidade, uma vez que eles são para os irradiadores, captação, geração de emprego e de renda e, principalmente, visibilização de tudo o que a gente está falando aqui. Não existe esse antagonismo. Fazer esse antagonismo é absolutamente ultrapassado. A gente tem que superar a cultura da lacração, de ficar fazendo discurso aqui só para lacrar, em vez de a gente avançar no diálogo.

Então, nesse sentido, queria, aliás, falar sobre a música. Chamar uma conversa para a gente entender e como é que a gente pode ajudar em relação ao trâmite do Projeto de Lei que está caminhando aqui sobre a Música. É muito importante a gente fazer isso coletivamente. Eu tenho todo o meu apoio para o movimento da música. Entendo - e há a

necessidade de se valorizar a cultura *underground*, a música *underground*, mas também acho que a gente precisa ter, novamente, a construção de uma ideia que não antagonize nenhum tipo de música a outra e sim, trabalhe perto. Acredito que esse é o texto do Projeto de Lei, porque, inclusive, já li algumas partes e acho que a gente poderia marcar uma conversa para fazer esse avanço.

Em relação à acessibilidade, o desenho universal são temas caros a nós. E temos avançado com a parceria do Secretário Cid Torquato, além disso, vale dizer que os jovens monitores com deficiência foram incluídos no programa, eles tendem a nos ajudar na concepção dos nossos eventos. Nós fizemos o primeiro festival sem barreiras que foi o primeiro Festival de Cultura Acessível na Cidade. Não existia esse festival.

Nós fizemos a distribuição, além dos óculos escâneres, todas as 55 bibliotecas possuem acervo de livro falado, livros em braile, para consulta e empréstimo, inclusive, por meio de remessa postal, sem custos.

E, também, tivemos vários dos palcos da Virada Cultural, pela primeira vez, acessíveis em libras, coisas que não aconteciam em outras situações.

São muitos os desafios. Não é fácil. As demandas são justas. A gente tem que estabelecer critérios de diálogo, de conversa e de compreensão. Eu entendo que muitos de vocês têm um papel a cumprir com seus movimentos, seus coletivos, também entendo que a gente tem um papel a cumprir no diálogo permanente, para que a gente possa avançar em todos esses temas.

Eu quero agradecer novamente.

E gostaria de sugerir, Soninha, se for possível, a participação da Presidente da SPCine Laís Bodanzky na próxima reunião da Subcomissão, se você achar assim possível, porque pode estreitar conversas relacionadas ao audiovisual.

Eu queria agradecer a presença de todos. Muito obrigado.

Estou à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Secretário Alê

Youssef. Agradeço, também, ao Secretário Junior Fagotti, à Sra. Maria Emília Nascimento Santos, ao Sr. Osvaldo Arvate, aos Srs. Vereadores Rodrigo Goulart, Atilio Francisco, Antonio Donato, Soninha Francine, ao Presidente da Casa Eduardo Tuma, que passou por aqui também, ao Vereador Souza Santos, e ao público presente e suas inscrições.

Nada havendo mais nada a tratar, declaro encerrados os trabalhos desta audiência pública.

Boa noite a todos.
